

Noam Chomsky

O QUE O TIO SAM REALMENTE QUER

SOBRE O AUTOR

Noam Chomsky é uma das figuras mais importantes na Lingüística do século XX. Nascido em Filadélfia, em 1928, leciona, desde 1955, no Instituto Tecnológico de Massachusetts, onde se tornou catedrático aos 32 anos.

Além de seu trabalho como lingüista, Chomsky escreve livros sobre temas contemporâneos. Suas palestras têm despertado a atenção de platéias em todo o país e pelo mundo afora.

Num mundo mais sensato, seus incansáveis esforços para promover a justiça já lhe teriam dado direito ao Prêmio Nobel da Paz, mas o Comitê continua atribuindo-o a pessoas como Henry Kissinger.

Se você está acostumado a pensar que os Estados Unidos são os defensores da democracia no mundo, certamente a leitura deste livro vai lhe parecer incrível. Mas Chomsky é um erudito, e, embora os fatos aqui descritos sejam conhecidos e falem por si sós, toda conclusão é sustentada por volumosas provas documentais (veja nas páginas 133-138 as referências a algumas delas).

Foi muito difícil compilar o vasto espectro do pensamento social de Chomsky num livro tão pequeno. Você encontrará, na página 139, uma lista de outros livros políticos do autor, que se referem aos temas aqui introduzidos e com detalhes mais abrangentes.

Arthur Naiman,
Sandy Niemann

OS OBJETIVOS PRINCIPAIS DA POLÍTICA EXTERNA DOS ESTADOS UNIDOS

A proteção do nosso território

A relação entre os Estados Unidos e os outros países obviamente remonta às origens da história da América, mas como a Segunda Guerra Mundial foi um verdadeiro divisor de águas, comecemos então por aí.

Enquanto a guerra promovia o enfraquecimento ou a destruição de nossos rivais industriais, aos Estados Unidos ela propiciava enormes benefícios. Nosso território jamais foi atacado, e a produção americana mais que triplicou.

Mesmo antes da guerra, os Estados Unidos já eram de longe o principal país industrial do mundo como o eram desde a virada do século.

Mas, nesse momento, possuíamos literalmente 50% da riqueza mundial e controlávamos os dois lados dos dois oceanos. Nunca houve um período na história em que uma nação tenha tido um controle e uma segurança do mundo tão esmagadores.

Aqueles que determinam a política norte-americana sabiam muito bem que os Estados Unidos sairiam da Segunda Guerra como a primeira potência global da história, tanto assim que, durante e depois da guerra, já planejavam, cuidadosamente como moldar o mundo do pós-guerra. Como esta é uma sociedade aberta, podemos ler os planos deles, muito claros e francos.

Os estrategistas norte-americanos - desde os ligados ao Departamento de Estado até os do Conselho de Relações Exteriores (um dos grandes canais pelos quais líderes empresariais influenciam a política externa) - concordaram que o domínio dos Estados Unidos tinha de ser mantido. Mas havia uma divergência de opinião sobre como fazer isso.

Na extrema linha dura, temos documentos como o Memorando 68 do Conselho de Segurança Nacional (de 1950). O CSN 68 desenvolveu as opiniões do secretário de Estado Dean Acheson e foi escrito por Paul Nitze, que ainda anda por aí (ele foi um dos negociadores do controle de armamentos de Ronald Reagan). O CSN 68 propunha uma "estratégia de empurrar para trás", que "fomentaria as sementes da destruição dentro do sistema soviético, para que pudéssemos então negociar um pacto, em nossos termos, com a União Soviética" (um Estado ou Estados sucessores).

As políticas recomendadas pelo CSN 68 exigiriam sacrifícios e disciplina nos Estados Unidos em outras palavras, gigantescos gastos militares e cortes nos serviços sociais. Seria necessário também superar o excesso de tolerância que permite demasiada dissidência interna.

Essas políticas já estavam, de fato, sendo implementadas desde 1949, quando a espionagem dos EUA na Europa Oriental foi transferida para uma rede liderada por Reinhard Gehlen, que já havia dirigido a inteligência militar nazista na Frente Leste da guerra. Essa rede era parte da aliança EUA-nazistas, que absorveu rapidamente muitos dos piores criminosos de guerra e estendeu suas operações para a América Latina e para outras partes do mundo.

Essas operações incluíam um exército secreto, patrocinado pela aliança EUA-nazistas, que se encarregava de fornecer agentes e provisões militares a exércitos que tinham sido criados por Hitler e que, no início da década de 1950, ainda estavam operando na União Soviética e no Leste Europeu. (Esse fato é conhecido nos Estados Unidos, mas considerado insignificante, embora pudesse provocar caras feias e viradas de mesas se descobríssemos, por exemplo, que a União Soviética

enviara agentes e provisões a exércitos comandados por Hitler, que estavam operando nas Montanhas Rochosas.)

O extremo-liberal

O CSN 68 é a extrema linha dura, e lembre-se: políticas não eram somente teóricas, muitas delas já estavam realmente sendo implementadas. Agora, vejamos o outro extremo: o grupo denominado "os pombos", onde o principal pombo era, sem dúvida, George Kennan, que dirigiu a equipe de planejamento do Departamento de Estado até 1950, quando foi substituído por Nitze. A propósito, o escritório de Kennan foi responsável pela rede de Gehlen.

Kennan era um dos mais inteligentes e lúcidos estrategistas dos EUA e uma das mais importantes personalidades na configuração do mundo pós guerra. Seus escritos são uma ilustração extremamente interessante da posição dos "pombos". Se alguém quiser realmente conhecer esse país, um documento bom para consultar é o Estudo de Planejamento Político 23, escrito por Kennan para a equipe de planejamento do Departamento de Estado, em 1948. Eis aqui um exemplo de seu conteúdo:

Nós temos cerca de 50% da riqueza mundial, mas somente 6,3% de sua população... Nesta situação, não podemos deixar de ser alvo de inveja e ressentimento. Nossa verdadeira tarefa, na próxima fase, é planejar um padrão de relações que nos permitirá manter esta posição de desigualdade... Para agir assim, teremos de dispensar todo sentimentalismo e devaneio; nossa atenção deve concentrar-se em toda parte, em nossos objetivos nacionais imediatos... Precisamos parar de falar de vagos e... irrealis objetivos, tais como direitos humanos, elevação do padrão de vida e democratização. Não está longe o dia em que teremos de lidar com conceitos de poder direto. Então, quanto menos impedidos formos por slogans idealistas, melhor.

O EPP 23 era, logicamente, um documento altamente secreto. Para pacificar o povo, era necessário difundir "slogans idealistas" (como ainda é constantemente feito), mas aqui os estrategistas estavam falando entre si.

Seguindo essas mesmas linhas, numa reunião de embaixadores americanos na América Latina, em 1950, Kennan observou que a maior preocupação da política externa norte-americana deve ser "a proteção das nossas (isto é, da América Latina) matérias-primas". Devemos, portanto, combater a perigosa heresia que, segundo informava a Inteligência americana, estava se espalhando pela América Latina: "A idéia de que o 'governo tem responsabilidade direta pelo bem do povo'".

Os estrategistas americanos chamam essa idéia de comunismo, seja qual for a real opinião das pessoas que a defendem. Elas podem formar grupos de auto-ajuda, baseados na Igreja, ou quaisquer outros, mas se elas apóiam tal heresia, elas são comunistas.

Essa posição é também clara nos arquivos públicos. Por exemplo, um grupo de estudos de alto nível declarou, em 1955, que a ameaça principal das potências comunistas (o verdadeiro sentido do termo comunismo na prática) é a recusa em exercer seu papel serviçal, isto é, o de "complementar as economias industriais do Ocidente".

Kennan seguiu explicando os meios que devíamos utilizar contra os inimigos que caíam nessa heresia:

A resposta final pode ser desagradável, mas... não devemos hesitar diante da repressão policial do governo local. Isso não é vergonhoso, porque os comunistas são essencialmente traidores... É

melhor ter um regime forte no poder do que um governo liberal, indulgente, brando e infiltrado de comunistas.

Tais políticas não começaram com liberais pós-guerra como Kennan. Há trinta anos, o secretário de Estado de Woodrow Wilson já havia declarado que o significado prático da Doutrina Monroe levava em conta que "os Estados Unidos consideram seus próprios interesses. A integridade das outras nações americanas é um mero acidente, não um fim". Wilson, o grande apóstolo da autodeterminação, concordou que o argumento era "irrefutável", embora fosse "apolítico" apresentá-lo publicamente.

Wilson agiu de acordo com esse pensamento ao invadir, entre outras coisas, o Haiti e a República Dominicana, onde seus soldados assassinaram, destruíram e demoliram o sistema político vigente, deixando as empresas norte-americanas firmemente no controle e preparando, assim, o cenário para ditaduras brutais e corruptas.

A "Grande Área"

Durante a Segunda Guerra Mundial, grupos de estudo do Departamento de Estado e do Conselho de Relações Exteriores desenvolveram planos para o mundo pós-guerra nos termos do que eles determinaram a "Grande Área", para que esta fosse subordinada às necessidades da economia norte americana.

Estavam incluídos na "Grande Área" o Hemisfério Ocidental, a Europa Ocidental, o Oriente, o antigo Império Britânico (que estava sendo desmantelado), as incomparáveis fontes de energia do Oriente Médio (que estavam passando então para as mãos americanas ao mesmo tempo em que expulsávamos nossos rivais, França e Inglaterra), o resto do Terceiro Mundo e, se possível, o mundo inteiro. Esses planos foram sendo executados à medida que as oportunidades permitiam.

A cada setor da nova ordem mundial foi designada uma função específica. Os países industrializados seriam guiados pelas "grandes oficinas", Alemanha e Japão, que tinham demonstrado sua proeza na guerra (e agora estavam trabalhando sob a supervisão norte-americana).

Ao Terceiro Mundo cabia "executar sua principal função de fonte de matérias-primas e de mercado" para as sociedades industriais capitalistas, como dizia um memorando do Departamento de Estado, de 1949. Era para ser "explorado" (nas palavras de Kennan) para a reconstrução da Europa e do Japão. (As referências foram feitas ao Sudeste Asiático e 'a África, mas as questões foram colocadas de modo geral.)

Kennan sugeriu até mesmo que a Europa receberia assim um estímulo psicológico com o projeto de "exploração" da África. Naturalmente, ninguém sugeriu que a África explorasse a Europa para sua reconstrução, melhorando talvez seu estado de espírito. Esses documentos liberados são lidos somente por estudiosos, que parecem não encontrar nada de estranho ou dissonante em tudo isso.

A Guerra do Vietnã emergiu da necessidade de garantir esse papel de serviçal. Os vietnamitas nacionalistas não quiseram aceitar isso e, portanto, tinham de ser esmagados. A ameaça não era a de que eles iriam conquistar alguém, mas que eles poderiam dar um exemplo perigoso de independência nacional, que inspiraria outros países na região.

O governo dos EUA tinha de desempenhar dois importantes papéis. O primeiro era o de garantir os distantes domínios da "Grande Área". Isso exigia uma postura bastante ameaçadora, para assegurar

que ninguém interferisse nessa tarefa – motivo pelo qual houve tantas campanhas dirigidas para as armas nucleares.

O segundo papel era conseguir subvenções públicas para a indústria de alta tecnologia. Por vários motivos, o método adotado tem sido, em grande parte, a aplicação em gastos militares.

Livre comércio é um bom termo para ser utilizado nos departamentos de economia e em editoriais de jornais, mas ninguém do mundo empresarial, nem do governo, leva a sério essa doutrina. Os setores da economia americana que podem competir internacionalmente são, principalmente, aqueles subvencionados pelo governo: a agricultura intensiva, em termos de capital (a *agroempresa*, como é chamada), a indústria de alta tecnologia, a indústria farmacêutica, a indústria biotecnológica, etc.

O mesmo é válido para outras sociedades industriais. O governo dos EUA faz o povo pagar pela pesquisa e pelo desenvolvimento e proporciona, em grande parte por intermédio dos militares, um mercado garantido para a produção supérflua. Se algo é comerciável, o setor privado encarrega-se dele. O sistema de subsídio público e lucro privado é o que eles chamam de *livre empresa*.

A restauração da ordem tradicional

Os estrategistas do mundo pós-guerra, como Kennan, por exemplo, logo perceberam que ia ser imprescindível, para o bem das empresas americanas, que as outras sociedades ocidentais se refizessem dos prejuízos da guerra, para que pudessem importar mercadorias manufaturadas dos EUA, e assim, fornecerem oportunidades de investimentos. (Estou incluindo aqui o Japão como parte do Ocidente, seguindo a convenção sul-africana de tratar os japoneses como "brancos honorários".) Entretanto, era fundamental que essas sociedades se reconstruíssem de uma maneira bem específica.

A ordem tradicional de direita tinha de ser restabelecida, com a dominação das empresas com a divisão e o enfraquecimento dos sindicatos e com o peso da reconstrução sendo colocado inteiramente nos ombros da classe trabalhadora e dos pobres.

O principal obstáculo no caminho era a resistência antifascista. Nós, então, a reprimimos no mundo inteiro e instalamos em seu lugar, na maioria das vezes, fascistas e ex-colaboradores nazistas. Às vezes, isso requeria extrema violência, mas, em outras, isso era feito por meio de medidas mais suaves, como subverter eleições ou esconder alimentos extremamente necessários. (Este deveria ser o capítulo 1 de qualquer história honesta do período pós-guerra, mas, na verdade, isso raramente é discutido.)

Esse modelo político foi estabelecido em 1942, quando o presidente Roosevelt colocou o almirante francês Jean Darlan como governador-geral de toda África do Norte francesa. Darlan era um dos principais colaboradores nazistas e autor de leis anti-semitas, promulgadas no governo de Vichy (o regime fantoche dos nazistas na França).

Entretanto, muito mais importante foi o caso primeira área liberada da Europa - o Sul da Itália -, onde os EUA, seguindo o conselho de Churchill, impuseram uma ditadura de direita liderada pelo herói de guerra fascista, o marechal de campo Badoglio, e pelo rei Victor Emmanuel III, que também foi um colaborador fascista.

Os estrategistas norte-americanos reconheceram que a "ameaça" na Europa não era a agressão soviética (que analistas sérios como Dwight Eisenhower não previram), mas a resistência

antifascista operária e camponesa com seus ideais democráticos radicais, o poder político e a atração dos partidos comunistas locais.

Para evitar um colapso econômico, que aumentaria a influência desses partidos, e para reconstruir as economias capitalistas dos países da Europa Ocidental, os EUA instituíram o Plano Marshall (sob o qual a Europa foi subvencionada em mais de 12 bilhões de dólares, entre 1948 e 1951, com empréstimos e concessões, fundos estes utilizados na compra de um terço das exportações norte americanas para a Europa no auge do ano de 1949).

Na Itália, um movimento de base operária e camponesa, liderado pelo Partido Comunista, havia tomado seis divisões alemãs durante a guerra e libertado o Norte da Itália. Quando as forças norte-americanas avançaram pela Itália, dispersaram essa resistência antifascista e restauraram a estrutura básica do regime fascista anterior à guerra.

A Itália tinha sido uma das principais áreas de subversão da CIA - Central de Inteligência Americana - desde que a agência foi fundada. A CIA estava preocupada que os comunistas ganhassem o poder nas decisivas eleições italianas de 1948. Muitas técnicas foram utilizadas, inclusive a restauração da polícia fascista, que destruiu sindicatos e escondeu alimentos. Mas, ainda assim, não estava claro que o Partido Comunista seria derrotado.

O primeiro memorando do Conselho de Segurança Nacional (CSNI-1948) especificou uma série de ações que os EUA realizariam se acaso os comunistas vencessem as eleições. Uma das respostas planejadas seria a intervenção armada, com ajuda militar, em operações secretas na Itália.

Algumas pessoas, especialmente George Kennan, propuseram ação militar antes das eleições. Ele não queria riscos, mas outros o convenceram de que poderiam ganhar por meio da subversão, o que se concretizou realmente.

Na Grécia, as tropas britânicas entraram depois que os nazistas se haviam retirado. Impuseram um regime tão corrupto que provocou nova resistência. Como a Inglaterra, em seu declínio pós-guerra, foi incapaz de manter o controle. Em 1947, os Estados Unidos entraram, apoiando uma guerra assassina, que resultou em 160.000 mortes.

Foi uma guerra repleta de torturas, exílios políticos de dezenas de milhares de gregos, e aquilo que chamamos "campos de reeducação" para outras dezenas de milhares de pessoas, destruição de sindicatos e nenhuma possibilidade de independência política.

A Grécia foi decididamente colocada nas mãos de investidores americanos e empresários locais, enquanto grande parte da população teve de emigrar para sobreviver. Os beneficiários foram os colaboradores nazistas, e as principais vítimas foram os trabalhadores e os camponeses da resistência antinazista, liderada pelos comunistas.

A nossa vitoriosa "defesa" da Grécia contra sua própria população serviu de modelo para a Guerra do Vietnã - como explicou Adlai Stevenson, na ONU, em 1964. Os conselheiros de Reagan usaram exatamente o mesmo modelo, falando sobre a América Central. E o mesmo padrão foi seguido em muitos outros lugares.

No Japão, o governo de Washington iniciou, em 1947, o chamado "caminho inverso", que reverteu os primeiros passos em direção à democratização empreendida pela administração militar do general MacArthur. O "caminho inverso" reprimiu os sindicatos e outras forças democráticas e colocou o país firmemente nas mãos dos empresários, que haviam apoiado o fascismo japonês - um sistema misto de poder estatal e privado que dura até hoje.

Quando as forças norte-americanas entraram na Coreia, em 1945, dissolveram o governo popular local, composto basicamente de antifascistas, que resistiram aos japoneses. Os EUA inauguraram aí uma repressão brutal, usando a polícia fascista japonesa e coreanos que haviam colaborado com os japoneses durante a ocupação. Cerca de cem mil pessoas foram assassinadas na Coreia do Sul antes daquilo que chamamos Guerra da Coreia. Inclusive, foram mortas entre trinta e quarenta mil pessoas durante repressão a uma revolta camponesa, na pequena região da Ilha de Cheju.

O golpe fascista na Colômbia, inspirado pela Espanha de Franco, trouxe pouco protesto do governo norte-americano. A mesma coisa ocorreu com o golpe militar na Venezuela e com a restauração de um admirador do fascismo no Panamá. Mas o primeiro governo democrático da história da Guatemala, inspirado no New Deal de Roosevelt, provocou um amargo antagonismo norte-americano.

Em 1954, a CIA maquinou um golpe que transformou a Guatemala num inferno em terra. E, desde então, mantém-se assim, com intervenção e apoio regular dos EUA, especialmente durante os governos Kennedy e Johnson.

Outro aspecto da repressão à resistência antifascista foi o recrutamento de criminosos de guerra como Klaus Barbie, um oficial da SS que havia sido chefe da Gestapo em Lyon, na França. Lá, ele recebeu o apelido de "açougueiro de Lyon". Embora ele tivesse sido responsável por crimes hediondos, o Exército dos EUA encarregou-o da espionagem na França.

Quando Barbie foi finalmente trazido de volta à França, em 1982, para ser julgado como criminoso de guerra, seu emprego como agente foi assim explicado pelo coronel (aposentado) Eugene Kolb, corpo de contra-espionagem do Exército americano: "As 'habilidades' [de Barbie] eram um mal necessário... Suas atividades haviam sido dirigidas contra o clandestino Partido Comunista e contra a Resistência Francesa", que já eram alvo da repressão dos libertadores norte-americanos.

Já que os Estados Unidos continuavam onde os nazistas tinham desistido, fazia muito sentido aproveitar os especialistas em atividades anti resistência. Mais tarde, quando se tornou difícil, ou impossível, proteger esse valioso pessoal na Europa, muitos deles esconderam-se nos Estados Unidos ou na América Latina, muitas vezes com a ajuda do Vaticano e de padres fascistas.

Lá, eles se tornaram conselheiros militares de governos policiais, apoiados pelos Estados Unidos, inspirados, muitas vezes quase abertamente, no Terceiro Reich. Eles também se tornaram traficantes de drogas, comerciantes de armas, terroristas e educadores - ensinando a camponeses latino americanos técnicas de tortura inventadas pela Gestapo. Alguns alunos nazistas fizeram o dever de casa na América Central, estabelecendo, deste modo, uma ligação direta entre os campos de extermínio e os esquadrões da morte, tudo graças à aliança pós-guerra entre os EUA e os SS.

Nosso compromisso com a democracia

Com um documento de alto nível atrás do outro, os estrategistas norte-americanos expunham a visão de que a principal ameaça à nova ordem mundial, liderada pelos EUA, era o nacionalismo do Terceiro Mundo - algumas vezes chamado de ultranacionalismo: os "regimes nacionalistas" que atendem às "exigências populares de elevação imediata dos baixos padrões de vida das massas" e produção de bens que satisfaçam às suas necessidades básicas.

As metas básicas dos estrategistas, insistentemente repetidas, eram evitar que os ultranacionalistas tomassem o poder, se por um golpe de sorte eles chegassem ao poder, retirá-los e instalar ali

governos que favorecessem os investimentos privados do capital interno e externo, a produção para exportação e o direito de remessa de lucros para fora do país. (Essas metas nunca foram contestadas nos documentos secretos. Para um estrategista da política norte-americana, essas metas praticamente fazem parte do ar que ele respira.)

A oposição à democracia e às reformas sociais nunca é popular no país vítima. Não se consegue estimular muito as pessoas que aí vivem com isso. exceto um pequeno grupo ligado às empresas norte americanas, que naturalmente vai lucrar com isso.

Os EUA esperam contar com a força e fazer alianças com os militares - "o grupo menos antiamericano da América Latina", como disseram os estrategistas de Kennedy -, de modo que se pode confiar neles para esmagar qualquer grupo popular local que saia do controle.

Os EUA estão dispostos a tolerar reformas sociais como na Costa Rica, por exemplo, somente quando são eliminados os direitos dos trabalhadores e preservadas as condições para os investimentos estrangeiros. Devido ao governo da Costa Rica ter sempre respeitado esses dois princípios imperativos é que o deixaram seguir com suas reformas.

Outro problema, que é repetidamente apontado nesses documentos secretos, é o excessivo liberalismo dos países do Terceiro Mundo. Esse é particularmente o problema da América Latina, onde os governos não estão suficientemente comprometidos com o controle de idéias, restrições de viagens e onde o sistema judicial é tão deficiente que exige prova para acusação de crimes.

Essa foi uma das constantes queixas durante o período Kennedy (depois dele, os arquivos não foram mais colocados à disposição do público). Os liberais de Kennedy eram inflexíveis sobre a necessidade de vencer os excessos democráticos que permitem a "subversão", que para eles, claro, significava pessoas pensando coisas erradas.

Os EUA não primam, no entanto, pela falta de compaixão pelos pobres. Em meados da década de 1950, por exemplo, nosso embaixador na Costa Rica recomendou que a United Fruit Company, que basicamente governava a Costa Rica, apresentasse "uma ligeira e superficial encenação de interesse humano em relação aos trabalhadores, pois isso poderia ter um grande efeito psicológico". O secretário de Estado John Foster Dulles concordou, dizendo ao presidente Eisenhower que, para manter as massas da América Latina na linha, "há que adulá-las um pouco, para fazê-las pensar que você gosta delas .

Exposto tudo isso, é fácil entender a política dos EUA para o Terceiro Mundo. Somos radicalmente opostos à democracia se seus resultados não podem ser controlados. O problema com as democracias verdadeiras é que elas podem fazer seus governantes caírem na heresia de responderem às necessidades de sua própria população, em vez das dos investidores norte-americanos.

Um estudo do sistema interamericano, publicado pelo Instituto Real de Assuntos Internacionais, em Londres, concluiu que, enquanto os EUA falsamente louvam a democracia, seu compromisso verdadeiro é com a "empresa capitalista privada". Quando os direitos dos investidores são ameaçados, a democracia tem de desaparecer; se esses direitos são salvaguardados. assassinos e torturadores são bem-vindos.

Governos parlamentaristas foram derrubados com o apoio dos EUA e, algumas vezes, com intervenção direta. No Irã, em 1953; na Guatemala, em 1954 (e em 1963, quando Kennedy apoiou o golpe militar para evitar a ameaça do retorno à democracia); na República Dominicana, em 1963 e

1965; no Brasil, em 1964; no Chile, em 1973, e freqüentemente em outros lugares. Nossa política em geral tem sido a mesma, tanto em El Salvador como em outras partes do mundo.

Os métodos não são lá muito agradáveis. O que as forças contra-insurgentes americanas fizeram na Nicarágua, ou o que os nossos substitutos terroristas fazem em El Salvador ou na Guatemala, não é apenas matança comum, o principal componente é a tortura brutal e sádica, batendo bebês contra pedras, pendurando mulheres pelos pés, com os seios cortados, a pele do rosto escapelada, para sangrarem até a morte, ou cortando a cabeça de pessoas, colocando-as em estacas. A questão é esmagar o nacionalismo independente e as forças populares que possam construir uma democracia genuína.

A ameaça do bom exemplo

Nenhum país está isento desse tratamento, não importa o quão insignificante ele seja. Na verdade, são os países mais fracos e mais pobres que causam as maiores histerias.

Veja o Laos dos anos 1960, provavelmente o país mais pobre do mundo. A maioria de seus habitantes nem mesmo sabia que tal coisa chamada Laos existia, eles só sabiam que havia uma aldeiazinha aqui e outra acolá mais próxima.

Mas tão logo uma pequena revolução social começou a aparecer ali, Washington submeteu o Laos a um mortífero "bombardeio secreto"* destruindo virtualmente grandes áreas habitadas, com operações que, como foi admitido depois, nada tinham a ver com a guerra que os EUA estavam travando no Vietnã do Sul.

Granada tem cem mil habitantes, que produz em noz-moscada, e mal pode ser encontrada no mapa. Mas quando Granada iniciou uma incipiente revolução social, Washington imediatamente entrou em ação para destruir a ameaça.

Desde a Revolução Bolchevique de 1917 até a queda dos governos comunistas do Leste Europeu, no final da década de 1980, era possível justificar qualquer ataque norte-americano como defesa contra a ameaça soviética. Então, quando os Estados Unidos invadiram Granada, em 1983, o presidente do Estado-Maior Conjunto das Forças Armadas explicou que, na eventualidade de um ataque soviético na Europa Ocidental, uma Granada hostil poderia proibir o abastecimento de petróleo no Caribe para a Europa Ocidental e, então, não poderíamos defender nossos aliados sitiados. Agora isso parece cômico, mas esse tipo de história ajuda a mobilizar a opinião pública para apoiar a agressão, o terror e a subversão.

O ataque contra a Nicarágua foi justificado sob a alegação de que, se não os contivéssemos lá, "eles" poderiam ultrapassar a fronteira de Harlingen, no Texas - apenas dois dias de carro. (Para as pessoas mais instruídas, havia outras desculpas mais sofisticadas e certamente mais plausíveis.)

A Nicarágua é tão importante para o empresariado americano que ela poderia sumir do mapa que ninguém perceberia. A mesma coisa com El Salvador. Mas ambos têm sido submetidos a assaltos homicidas pelos Estados Unidos, com o custo de centenas de milhares de vidas e muitos bilhões de dólares.

* N.T.: O autor refere-se aqui logicamente à não-divulgação do fato na mídia local e internacional, à época do acontecimento.

Há uma razão para isso, o país mais fraco e mais pobre é mais perigoso como exemplo. Se uma nação pequena e pobre como Granada pode ser bem-sucedida, alcançando um melhor nível de vida para seu povo, em outro lugar que tenha mais recursos as pessoas poderão perguntar: "E nós, por que não?"

Esse foi exatamente o caso da Indochina, que é bastante extensa e tem importantíssimos recursos. Embora Eisenhower e seus conselheiros fizessem muito alarde do arroz, do estanho e da borracha, o verdadeiro medo era que, se o povo da Indochina conseguisse independência e justiça, o povo da Tailândia iria imitá-la, e se isso funcionasse, tentaria na Malásia, e em pouco tempo a Indonésia adotaria a via independente. Até lá, uma significativa parte da "Grande Área" já teria sido perdida.

Se se quer um sistema global subordinado às necessidades dos investidores norte-americanos, não se pode deixar que partes do sistema se percam. É notável a clareza com que isso é declarado nos arquivos oficiais - às vezes, até nos arquivos públicos. Veja o Chile no governo de Allende. O Chile é um país consideravelmente grande, com muitos recursos naturais, mas, repetindo, os Estados Unidos não desmoronariam se o Chile se tornasse independente. Por que estávamos tão preocupados com esse país? Segundo Kissinger, o Chile era um "vírus" que "infectaria" a região, com reflexos até na Itália.

Apesar dos quarenta anos de subversão da CIA, a Itália ainda tem um movimento trabalhista. Ter um governo social-democrata bem sucedido no Chile equivaleria a enviar mensagens erradas aos eleitores italianos. Suponha que eles tivessem idéias interessantes sobre como obter o controle de seu próprio país e revivessem os movimentos operários, solapados pela CIA na década de 1940.

Os estrategistas norte-americanos, desde a época do secretário de Estado Dean Acheson, no final dos anos 1940, até os dias de hoje, têm advertido que "uma maçã podre pode estragar todo o lote". O perigo é que a "podridão" - o desenvolvimento social e econômico - pode se espalhar.

Essa "teoria da maçã podre" é chamada de teoria do dominó, para consumo público. A versão usada para amedrontar o povo mostra Ho Chi Min tomando uma canoa e chegando à Califórnia, e assim vai. Talvez alguns líderes norte-americanos acreditassem nessa asneira - é possível -, mas os estrategistas racionais certamente que não. Eles entendem que a verdadeira ameaça é o "bom exemplo".

Às vezes, a questão é explicada com grande clareza. Quando os EUA estavam planejando derrubar a democracia guatemalteca em 1954, um oficial da Secretaria de Estado declarou que a "Guatemala tem se tornado uma crescente ameaça para a estabilidade de Honduras e de El Salvador. Sua reforma agrária é uma arma poderosa de propaganda; seu amplo programa social de ajuda aos trabalhadores e aos camponeses pode resultar numa luta vitoriosa contra as classes dominantes e as grandes empresas estrangeiras. Isso tudo tem um forte apelo junto às populações vizinhas da América Central, onde prevalecem condições semelhantes .

Em outras palavras, o que os EUA querem é "estabilidade", quer dizer, segurança para "as classes dominantes e liberdade para as empresas estrangeiras". Se isso pode ser obtido com métodos democráticos formais, OK. Se não, a ameaça à "estabilidade" causada pelo bom exemplo tem de ser destruída, antes que o vírus infecte os outros. É por isso que, mesmo se a menor partícula causar tal perigo, ela tem de ser esmagada.

O mundo trilateral

Desde o começo da década de 1970, o mundo tem tomado um rumo em direção ao chamado

tripolarismo ou trilateralismo - ou seja, os três maiores blocos econômicos que competem entre si. O primeiro bloco é baseado no yen, com o Japão no centro e as antigas colônias japonesas na periferia.

Retrocedendo aos anos 1930 e 1940, o Japão chamou isso de a Grande Esfera da Co-Prosperidade da Ásia Oriental. O conflito com os Estados Unidos nasceu da tentativa de o Japão exercer ali o mesmo tipo de controle que as potências ocidentais exerciam em suas respectivas esferas. Mas após a guerra nós reconstruímos a região para eles. E não tivemos, então, nenhum problema com que o Japão a explorasse - só que agora o Japão teria de explorá-la sob nosso abrangente poder.

Há muitas tolices escritas acerca de como o Japão, de fato, tornou-se um grande competidor, que provam que somos honrados e fortalecemos nossos inimigos. As verdadeiras opções políticas, entretanto, eram mais estreitas. Uma era restaurar o império japonês, mas agora sob nosso total controle (essa foi a política seguida).

A outra opção era ficar fora da região e permitir ao Japão e ao resto da Ásia seguirem caminhos independentes, excluídos da "Grande Área" de controle norte-americano. Isso era impensável.

Além disso, depois da Segunda Guerra, o Japão não era considerado como possível concorrente, mesmo num futuro remoto. Especulou-se talvez, a certa altura dos acontecimentos, que o Japão seria capaz de produzir algumas bugigangas, nada mais que isso. (Havia um forte componente de racismo nisso.) O Japão recuperou-se em grande parte por causa da Guerra da Coreia e depois com a Guerra do Vietnã, que estimulou a produção japonesa e trouxe enormes lucros ao Japão.

Alguns estrategistas, logo no início do pós-guerra, foram mais perspicazes, entre eles George Kennan. Ele propôs que os EUA estimulassem o Japão a se industrializar, mas com limite: os EUA controlariam a importação do petróleo japonês. Kennan disse que isso dar-nos-ia "poder de veto", se acaso o Japão saísse fora da linha. Os EUA seguiram esse conselho, mantendo o controle do abastecimento e das refinarias de petróleo. Ainda no início da década de 1970, o Japão controlava somente cerca de 10% de seu próprio abastecimento de petróleo.

Esse é um dos principais motivos pelo qual os EUA têm se interessado tanto pelo petróleo do Oriente Médio. Não precisávamos do petróleo para nós mesmos; a América do Norte liderava, até 1968, a produção mundial de petróleo. Entretanto, queremos realmente manter as mãos na alavanca do poder mundial, e nos assegurar que os lucros fluam principalmente para os Estados Unidos e para a Inglaterra. É por isso que mantemos bases militares nas Filipinas. Elas são parte de um sistema global de intervenção apontada para o Oriente Médio, para garantir que as forças locais não sucumbam ao "ultranacionalismo".

O segundo maior bloco competitivo está baseado na Europa e é dominado pela Alemanha, que está dando um grande passo em direção à consolidação do Mercado Comum Europeu. A Europa tem uma economia mais forte que a dos Estados Unidos, além de uma população maior e mais bem instruída.

Se um dia ela agir conjuntamente e se tornar um poder integrado, os EUA poderão tornar-se uma potência de segunda classe. Isso é provável com uma Europa dirigida pela Alemanha, tomando a liderança na restauração da Europa Oriental, em seu tradicional papel de colônia econômica, basicamente parte do Terceiro Mundo.

O terceiro bloco é dominado pelos Estados Unidos e baseado no dólar. Foi recentemente ampliado com a inclusão do Canadá, maior parceiro comercial, e logo incluirá o México e outras partes do

hemisfério, por meio do "tratado de livre comércio", projetado, em primeiro lugar, para os interesses dos investidores norte-americanos e seus associados.

Nós sempre assumimos que a América Latina nos pertence por direito. Como Henry Stimson (secretário de Guerra, sob FDR e Taft, e secretário de Estado de Hoover) uma vez declarou "nossa regiãozinha, logo ali, que nunca incomodou ninguém". A consolidação do bloco, baseado no dólar, significa que o esforço para frustrar o desenvolvimento independente na América Central e no Caribe vai continuar.

A menos que você entenda nossas lutas contra nossos rivais industriais e o Terceiro Mundo, a política externa norte-americana parece ser uma série de erros ocasionais, inconsistentes e confusos. Na verdade, nossos líderes têm sido mais que bem-sucedidos, dentro dos limites de suas possibilidades, nas tarefas a eles atribuídas.

Nossa política de boa vizinhança

Como os preceitos desenvolvidos por George Kennan foram seguidos? Como deixamos inteiramente de lado a preocupação com os "objetivos vagos e irreais tais como os direitos humanos, a elevação do padrão de vida e a democratização?" Já expus nosso "compromisso com a democracia", mas e quanto às outras duas questões?

Vamos focalizar a América Latina, e começar olhando para os direitos humanos. Um estudo feito por Lars Schoultz, um destacado acadêmico especialista em direitos humanos da América Latina, mostra que "a ajuda norte-americana tende a ser desproporcionalmente distribuída para os governos "latino-americanos que torturam seus cidadãos". Não tem nada a ver com quanto o país precisa de ajuda, somente com sua disposição em servir à riqueza e ao privilégio.

Estudos mais profundos, feitos pelo economista Edward Herman, revelam uma estreita correlação em todo o mundo entre a tortura e a ajuda norte-americana e fornecem uma explicação: ambas se correlacionam com a melhoria das condições de operações das empresas. Em comparação com este guia de princípios morais, assuntos tais como tortura e carnificina caem na insignificância.

E a elevação do padrão de vida? Isso foi supostamente tratado na Aliança para o Progresso pelo presidente Kennedy, mas o tipo de desenvolvimento imposto foi direcionado, em sua maior parte, para as necessidades dos investidores norte-americanos. A Aliança fortificou e ampliou o sistema vigente, pelo qual os latino-americanos produzem colheitas para exportação e reduzem as colheitas de subsistência, como milho e feijão, cultivadas para o consumo local. Com o programa da Aliança, por exemplo, a produção de carne aumentou, enquanto o consumo interno de carne diminuiu.

Esse modelo agroexportativo de desenvolvimento, em geral, produz um "milagre econômico" onde o PNB - Produto Nacional Bruto - sobe, enquanto a maioria da população morre de fome. Quando se segue tal orientação política, a oposição popular inevitavelmente aumenta, o que, então, se reprime com terror e tortura.

(O uso do terror é profundamente arraigado em nosso caráter. Nos idos de 1818, John Quincy Adams elogiou a "eficácia salutar" do terror em se tratando das "hordas misturadas de índios e negros sem lei". Ele escreveu isso para justificar a violência de Andrew Jackson, na Flórida, que praticamente exterminou a população nativa e deixou a província espanhola sob o controle americano, impressionando muito Thomas Jefferson e outros mais com sua sabedoria.)

O primeiro passo é o uso da polícia; ela é decisiva porque sabe detectar logo o descontentamento e eliminá-lo antes da "grande cirurgia" (como é chamada nos documentos de planejamento) ser necessária. Se a "grande cirurgia" for necessária, nós contamos com o Exército. Quando não conseguimos mais controlar o Exército dos países da América Latina - particularmente a região do Caribe e da América Central - é tempo de derrubar o governo.

Os países que tentaram inverter as regras, como a Guatemala, sob os governos capitalistas democráticos de Arévalo e Arbenz, ou a República Dominicana, sob o regime capitalista democrático de Bosch, tornaram-se alvo da hostilidade e da violência dos Estados Unidos.

O segundo passo é utilizar os militares. Os EUA sempre tentaram estabelecer relações estreitas com os militares de países estrangeiros, porque essa é uma das maneiras de derrubar um governo que saiu fora do controle. Assim foram assentadas as bases para os golpes militares no Chile, em 1973, e na Indonésia, em 1965.

Antes desses golpes, éramos bastante hostis aos governos do Chile e da Indonésia, mas continuávamos enviando armas. Mantenha boas relações com os oficiais certos e eles derrubarão o governo para você. O mesmo raciocínio motivou o fluxo de armas dos Estados Unidos para o Irã via Israel, desde o início de 1980. De acordo com altos oficiais israelenses envolvidos, esses fatos eram conhecidos já em 1982, muito antes de haver reféns.

Durante o governo Kennedy, a missão dos militares latino-americanos, dominados pelos EUA mudou de "defesa hemisférica" para "segurança interna" (que basicamente significa guerra contra a, própria população). Essa decisão fatídica implicou a "direta cumplicidade [dos Estados Unidos]" com "os métodos dos esquadrões de extermínio de Heinrich Himler", no julgamento retrospectivo de Charles Maechling, que foi encarregado do planejamento de contra-insurgência, de 1961 a 1966.

O governo Kennedy preparou o caminho para o golpe militar no Brasil em 1964, ajudando a derrubar a democracia brasileira, que se estava tornando independente demais. Enquanto os Estados Unidos davam entusiasmado apoio ao golpe, os chefes militares instituíam um estado de segurança nacional de estilo neonazista, com repressão, tortura, etc. Isso provocou uma explosão de acontecimentos semelhantes na Argentina, no Chile e em todo o hemisfério, desde os meados de 1960 até 1980 - um período extremamente sangrento.

(Eu penso, falando do ponto de vista legal, que há um motivo bem sólido para acusar todos os presidentes norte-americanos desde a Segunda Guerra Mundial. Eles todos têm sido verdadeiros criminosos de guerra ou estiveram envolvidos em crimes de guerra.)

Os militares agem de maneira típica para criar um desastre econômico, seguindo freqüentemente receita de conselheiros norte-americanos, e depois decidem entregar os problemas para os civis administrarem. Um controle militar aberto não é mais necessário, pois já existem novas técnicas disponíveis, por exemplo, o controle exercido pelo Fundo Monetário Internacional (o qual, assim como o Banco Mundial, empresta fundos às nações do Terceiro Mundo, a maior parte fornecida em larga escala pelas potências industriais).

Em retribuição aos seus empréstimos, o FMI impõe a "liberalização": uma economia aberta à penetração e ao controle estrangeiros, além de profundos cortes nos serviços públicos em geral para a maior parte da população, etc. Essas medidas colocam o poder decididamente nas mãos das classes dominantes e de investidores estrangeiros ("estabilidade"), além de reforçar as duas clássicas camadas sociais do Terceiro Mundo - a dos super-ricos (mais a classe dos profissionais bem sucedidos que a serve) e a da enorme massa de miseráveis e sofredores.

A dívida e o caos econômico deixados pelos militares garantem, de forma geral, que as regras do FMI serão obedecidas - a menos que as forças populares queiram entrar na arena política. Neste caso, os militares talvez tenham de reinstalar a "estabilidade".

O Brasil é um exemplo esclarecedor desse caso. Sendo um país muito bem dotado de recursos naturais, além de ter um alto desenvolvimento industrial, deveria ser uma das nações mais ricas do mundo. Mas graças, em grande parte, ao golpe de 1964 e ao tão aclamado "milagre econômico" que se seguiu ao golpe (sem falar nas torturas, assassinatos e outros instrumentos de "controle da população"), a situação de muitos brasileiros é, agora, provavelmente parecida com a da Etiópia - e bem pior que a da Europa Oriental, por exemplo.

O Ministério da Educação informa que mais de um terço do orçamento educacional vai para a alimentação escolar, porque a maioria dos estudantes da rede pública ou come na escola ou não come.

De acordo com a revista South (uma revista de reportagens sobre empresas do Terceiro Mundo), o Brasil tem uma taxa de mortalidade infantil maior que a do Sri Lanka. Um terço da população vive abaixo da linha da miséria e "sete milhões de crianças abandonadas pedem esmola, roubam e cheiram cola nas ruas. E para milhares delas a casa é um barraco na favela... ou cada vez mais um pedaço de terra embaixo da ponte".

Isso é o Brasil, um dos países de natureza mais rica do planeta.

A situação é semelhante em toda a América Latina. Apenas na América Central o número de pessoas assassinadas pelas forças apoiadas pelos EUA, desde o final de 1970, gira em torno de duzentos mil, ao mesmo tempo que os movimentos populares, que visavam obter a democracia e a reforma social, foram dizimados. Essas façanhas qualificam os Estados Unidos como fonte de "inspiração para o triunfo da democracia em nosso tempo", nas admiráveis palavras da liberal *Nova República*. Tom Wolfe conta-nos que a década de 1980 foi "um dos grandes momentos de ,ouro da humanidade, jamais vivido". Como diria Stalin: "estamos deslumbrados com tanto sucesso".

A crucificação de El Salvador

Por muitos anos, a repressão, a tortura e o assassinato foram praticados em El Salvador por ditadores instalados e sustentados pelo nosso governo, uma matéria sem nenhum interesse aqui; além disso, a história nunca foi realmente contada. No final da década de 1970, entretanto, o governo norte-americano começou a preocupar-se com dois fatos.

Um era o de que Somoza, o ditador da Nicarágua, estava perdendo o controle do país. Os Estados Unidos estavam perdendo a principal base para seus exercícios de força na região. Um segundo perigo era talvez o mais ameaçador. Em El Salvador, nos anos 1970, houve um crescimento das chamadas "organizações populares" - associações camponesas, cooperativas, sindicatos e movimentos eclesiais de base - que se reuniam em torno de grupos de auto-ajuda, etc. Isso aumentou a ameaça à democracia.

Em fevereiro de 1980, o arcebispo de El Salvador, Don Oscar Romero, enviou uma carta ao presidente Carter em que implorava o não envio de ajuda militar para a junta que governava o país. Ele dizia que tal ajuda seria usada para "estimular a injustiça e a repressão contra organizações

populares" que estavam lutando "pelo respeito por seus direitos humanos mais elementares" (é desnecessário dizer que isso dificilmente seria notícia em Washington).

Poucas semanas depois, o arcebispo Romero foi assassinado enquanto celebrava uma missa. O neonazista Roberto D'Aubuisson foi considerado totalmente responsável pelo assassinato (entre outras incontáveis atrocidades).

D'Aubuisson foi "líder vitalício" do Arena, partido que ainda governa El Salvador; os membros desse partido, como o ex-presidente Alfredo Cristiani, tinham de fazer um juramento de sangue em lealdade a ele.

Dez anos depois, milhares de camponeses e pobres da região urbana participaram de uma missa comemorativa, juntamente com inúmeros bispos estrangeiros, mas os Estados Unidos foram notados pela ausência. A Igreja salvadorenha propôs formalmente a canonização de Romero.

Tudo isso se passou com raras referências no país que subvencionou e treinou os assassinos de Dom Romero. O *The New York Times*, o "jornal testemunha", não publicou nenhum editorial sobre o assassinato quando ele ocorreu, nem nos anos seguintes, e também nenhum editorial ou reportagem foi feita sobre a comemoração.

Em 7 de março de 1980, duas semanas antes do assassinato, foi instituído um estado de sítio em El Salvador, e a guerra contra a população começou com força total (e com o contínuo apoio e envolvimento dos Estados Unidos). O primeiro e principal ataque foi o grande massacre de Rio Sumpul, uma operação militar, coordenada pelos exércitos hondurenos e salvadorenos, na qual pelo menos seiscentas pessoas foram massacradas. Crianças foram cortadas em pedaços com facões. mulheres foram torturadas e afogadas. Dias depois, partes dos corpos ainda eram encontradas no rio. Havia observadores da Igreja, de modo que as informações saíam imediatamente, mas os principais meios de comunicação não acharam nada que valesse uma reportagem.

Os camponeses foram as principais vítimas dessa guerra, junto com líderes sindicais, estudantes, padres ou qualquer suspeito de trabalhar pelos interesses do povo. No último ano do governo Carter, 1980, o número de mortes chegou a algo em torno de dez mil, aumentando para cerca de 13.000 já sob o comando dos reaganistas.

Em outubro de 1980, o novo arcebispo condenou "a guerra de extermínio e genocídio contra a indefesa população civil", desencadeada pelas forças de segurança. Dois meses depois, estas foram aclamadas por seu "heróico serviço ao lado do povo, contra a subversão" pelo "moderado" favorito dos Estados Unidos, José Napoleón Duarte, ao ser nomeado presidente civil da junta.

O papel do "moderado" Duarte era manter a fachada para os dirigentes militares e garantir-lhes a contínua chegada de fundos norte-americanos, mesmo depois de as forças armadas terem violentado e assassinado quatro freiras americanas, o que provocou protestos aqui. Trucidar salvadorenos é uma coisa, porém violentar e matar freiras americanas é definitivamente um erro de relações públicas. Os meios de comunicação de massa evitaram e abafaram a história, seguindo a liderança do governo Carter e sua comissão de investigação.

Os recém-chegados reaganistas foram mais longe, tratando de justificar a atrocidade, notadamente o ministro de Estado Alexander Haig e a embaixatriz das Nações Unidas, Jeane Kirkpatrick. Mas ainda foi considerado se valia a pena ter um julgamento-farsa, enquanto anos mais tarde desculpavam a junta assassina - e naturalmente seu financiador.

Os jornais independentes de El Salvador, que poderiam ter informado essas atrocidades, foram destruídos. Embora eles fossem abertamente a favor das empresas, eram ainda indisciplinados demais para o gosto dos militares. O problema foi resolvido entre 1980 e 1981, quando o editor de um desses jornais foi morto pelas forças de segurança e o outro fugiu para o exílio. Como de costume, esses acontecimentos foram considerados muito insignificantes para merecer mais que algumas palavras nos jornais norte-americanos.

Em novembro de 1989, seis padres jesuítas, cozinheira e a filha dela foram assassinados pelo Exército. Naquela mesma semana, pelo menos mais 28 civis salvadorenos também foram mortos, inclusive a dirigente do principal sindicato, a líder de uma organização universitária, nove membros de uma cooperativa agrária indígena e dez estudantes universitários.

As agências de notícias transmitiram uma reportagem por intermédio do correspondente da AP Douglas Grant Mine, relatando como os soldados entraram num bairro operário, próximo à capital de San Salvador, capturaram seis homens e mais um garoto de 14 anos, por medida de segurança. Em seguida, colocaram todos contra a parede e os fuzilaram. "Eles não eram padres nem defensores dos direitos humanos", escreveu Mine, mas, mesmo assim, essas mortes passaram em grande parte despercebidas, assim como a reportagem de Mine.

Os jesuítas foram assassinados pelo Batalhão Atlacatl, uma unidade de elite criada, treinada e equipada pelos Estados Unidos. A unidade foi formada em março de 1981, quando 15 especialistas em contra-insurgência, da Escola de Forças Especiais do Exército norte-americano, foram enviados para El Salvador. Desde o início, o Batalhão esteve envolvido com o extermínio em massa. Um treinador norte-americano descreveu seus soldados como "particularmente ferozes... Nós sempre tivemos dificuldade em conseguir que eles capturassem os prisioneiros em vez de suas orelhas".

Em dezembro de 1981, o Batalhão participou de uma operação na qual foram mortos mais de mil civis, numa verdadeira orgia de estupros, incêndios e assassinatos. Mais tarde, o Batalhão esteve envolvido em bombardeios de cidades, matança de centenas de civis por fuzilamento, afogamento e outros métodos. A grande maioria das vítimas era de mulheres, crianças e velhos.

O Batalhão Atlacatl estava sendo treinado pelas Forças Especiais norte-americanas, pouco antes de matar os jesuítas. Esta tem sido a norma em toda a existência do Batalhão. Alguns dos piores ataques ocorreram justamente quando o Batalhão recém-chegara dos EUA.

Na "inexperiente democracia" de El Salvador, jovens adolescentes de 13 anos eram capturados em assaltos a favelas e acampamentos de refugiados e, em seguida, forçados a entrar para o Exército, onde eram doutrinados em rituais copiados dos SS nazistas, inclusive com brutalização e estupros, preparando-os assim para os extermínios, que freqüentemente tinham características sexuais e satânicas.

A natureza desse tipo de treino do Exército salvadorenho foi descrita por um desertor, que recebeu asilo no Texas, em 1990. Seu nome foi mantido em sigilo para protegê-lo dos esquadrões da morte salvadorenos, apesar do pedido do Departamento de Estado para que ele fosse enviado de volta a El Salvador.

Segundo esse desertor, os recrutas tinham de matar cachorros e urubus, mordendo-lhes a garganta e torcendo-lhes a cabeça, além de terem de olhar os soldados torturarem e matarem suspeitos dissidentes, arrancando-lhes as unhas, cortando-lhes a cabeça e partes do corpo. Em seguida, brincavam com seus braços para fazer graça.

Em outro caso, um membro confesso de um esquadrão da morte ligado ao Batalhão Atlacatl, César Vielman Joya Martínez, deu detalhes do envolvimento dos conselheiros americanos com o governo salvadorenho nas atividades dos esquadrões da morte. O governo Bush fez todo o possível para que o calassem e o enviassem de volta para uma provável morte em El Salvador, apesar do apelo das organizações de Direitos Humanos e dos pedidos do Congresso para que seu testemunho fosse ouvido (o mesmo tratamento foi dado à principal testemunha do assassinato dos jesuítas).

Os resultados do treinamento militar salvadorenho são descritos no periódico jesuíta *America* por Daniel Santiago, padre católico em missão em El Salvador. Ele conta a história de uma camponesa que, um dia, ao voltar para casa, encontrou seus três filhos, sua mãe e sua irmã sentados à mesa, todos com as cabeças decapitadas, colocadas cuidadosamente em frente aos corpos, com as mãos dispostas para cima "como se estivessem acariciando a própria cabeça". Como os assassinos da Guarda Nacional Salvadorenha tiveram problemas em manter no lugar a cabeça de um bebê, pregaram-na, então, às mãos dele. Depois, um grande balde plástico, cheio de sangue, foi esteticamente exposto no centro da mesa.

Segundo o reverendo Santiago, cenas assim macabras não são raras.

“As pessoas não são só assassinadas pelos esquadrões da morte em El Salvador. Elas são decapitadas e suas cabeças são postas em estacas e exibidas como parte da paisagem. Os homens não são só destripados pela Polícia do Tesouro Salvadorenho; suas genitálias são decepadas e colocadas na boca. As mulheres salvadorenhas não são só violentadas pela Guarda Nacional, seus ventres são cortados e usados para cobrir o rosto. Não basta matar crianças; elas são arrastadas sobre arames farpados até a carne soltar dos ossos, enquanto os pais são obrigados a assistir à cena.”

O padre Santiago continua a afirmar que violências dessa natureza aumentaram bastante desde que a Igreja começou a formar associações camponesas e grupos de auto-ajuda na tentativa de organizar a população pobre.

De forma geral, nosso projeto em El Salvador tem sido bem-sucedido. As organizações populares foram dizimadas, como havia previsto o arcebispo Romero. Dezenas de milhares de pessoas foram trucidadas e mais de um milhão de salvadorenhos tornaram-se refugiados. Este foi um dos mais sórdidos episódios da história americana - e tem havido muita concorrência.

Ensinando uma lição à Nicarágua

Não apenas El Salvador foi ignorado pelas principais correntes da mídia norte-americana durante a década de 1970. Nos dez anos anteriores à derrubada de Anastasio Somoza, em 1979, a televisão norte-americana - todas as redes - dedicaram exatamente *uma hora* à Nicarágua, inteiramente relacionada ao terremoto de Manágua, em 1972.

De 1960 a 1978, o *The New York Times* publicou três editoriais sobre a Nicarágua. Não porque nada estivesse acontecendo ali, mas sim porque qualquer coisa que lá estivesse acontecendo não seria digna de registro. A Nicarágua não foi motivo de preocupação enquanto o regime tirânico de Somoza não foi desafiado.

Quando seu regime foi *desafiado* pelos sandinistas, no final dos anos 1970, os EUA tentaram instituir o chamado "Somozismo sem Somoza", isto é, todo o sistema corrupto seria mantido intacto, mas com outra pessoa na liderança. Como isso não funcionou, o então presidente Carter tentou manter a Guarda Nacional de Somoza como uma base para a potência norte-americana.

A Guarda Nacional sempre foi notadamente brutal e sádica. Em junho de 1979, levou a cabo uma série maciça de atrocidades na guerra contra os sandinistas, bombardeando bairros residenciais em Manágua, matando dezenas de milhares de pessoas. Nessas alturas, o embaixador norte-americano enviou um telegrama à Casa Branca dizendo que seria desaconselhável mandar a Guarda Nacional suspender o bombardeio, porque isso poderia interferir na política de manter a Guarda no poder e deixar os sandinistas de fora.

Nosso embaixador na Organização dos Estados Americanos (OEA) também falou a favor do "Somozismo sem Somoza", mas a OEA rejeitou prontamente a sugestão. Poucos dias depois, Somoza voou para Miami com o que restava do Tesouro Nacional, e a Guarda desmoronou.

O governo Carter levou os comandantes da Guarda para fora do país em aviões com sinais da Cruz Vermelha (um crime de guerra) e começou a reconstituí-la nas fronteiras da Nicarágua. Os EUA também usaram a Argentina como uma intermediária. (Naquela época, a Argentina estava sob o comando de generais neonazistas, que deram uma folga na tortura e no assassinato de sua própria população para ajudar a restabelecer a Guarda logo rebatizada de os *contras* ou "guerreiros da liberdade".)

Reagan utilizou-os para lançar uma guerra terrorista em grande escala contra a Nicarágua, combinada com uma guerra econômica, que foi muito mais letal. Ainda intimidamos outros países para que não enviassem ajuda também.

Mesmo assim, apesar dos níveis astronômicos da ajuda militar, os EUA não conseguiram criar uma força militar viável na Nicarágua. Isso foi realmente notável, analisando bem. Nenhuma guerrilha no mundo obteve tantos recursos, mesmo remotamente, quanto os *contras* obtiveram dos EUA. Provavelmente poderia se iniciar uma insurgência guerrilheira, na regiões montanhosas dos Estados Unidos, com tais recursos.

Por que os EUA foram tão longe na Nicarágua? A organização de desenvolvimento internacional a Oxfam - explicou os motivos verdadeiros ao declarar que em sua experiência de 76 anos em países em desenvolvimento "a Nicarágua foi... excepcional no esforço e no firme compromisso daquele governo... em melhorar as condições de vida do povo e em estimular sua participação ativa no processo de desenvolvimento".

Dos quatro países centro-americanos onde a Oxfam teve presença significativa (El Salvador, Guatemala, Honduras e Nicarágua), somente na Nicarágua houve um real e substancial esforço em resolver as injustiças da posse da terra e em estender os serviços médicos, educacionais e agrícolas às famílias de camponeses pobres.

Outras organizações contaram histórias semelhantes. No início da década de 1980, o Banco Mundial considerou "alguns setores da Nicarágua extraordinariamente mais bem-sucedidos que qualquer outra parte do mundo". Em 1983, o Banco Interamericano de Desenvolvimento concluiu que "a Nicarágua fazia notáveis progressos no setor social e estava lançando bases para um desenvolvimento socioeconômico a longo prazo".

O sucesso das reformas sandinistas aterrorizaram, então, os estrategistas norte-americanos. Eles sabiam que, "pela primeira vez, a Nicarágua tinha um governo que se interessava pelo povo , conforme afirmou José Figueres, o pai da democracia na Costa Rica. (Embora Figueres tenha sido o principal líder democrático na América Central durante quarenta anos, suas inaceitáveis observações sobre o mundo real foram completamente censuradas pela mídia norte-americana.)

O ódio provocado pelos sandinistas por estes tentarem dirigir recursos aos pobres (sendo até bem-sucedidos nisso) foi realmente magnífico de se observar. Praticamente todos os estrategistas políticos dos EUA compartilharam desse ódio, atingindo um verdadeiro frenesi.

Nos idos de 1981, um membro da Secretaria de Estado alardeou que nós iríamos "transformar a Nicarágua na Albânia da América Central", isto é, pobre, isolada e politicamente radical, de modo que o sonho sandinista de criar um modelo novo e exemplar para a América Latina seria um fracasso.

George Shultz chamou os sandinistas de "um câncer, bem aqui em nossas terras", que tinha de ser destruído. Na outra ponta do cenário político, um líder do Senado, o liberal Alan Cranston, declarou que, se não fosse possível destruir os sandinistas, eríamos então de deixá-los "apodrecer no [seu] próprio pus".

Então, os Estados Unidos lançaram um triplo ataque contra a Nicarágua. Primeiro, exercendo uma extrema pressão para pressionar o Banco Mundial e o Banco Interamericano de Desenvolvimento a suspenderem todos os projetos de assistência ao país. Segundo, lançaram a guerra dos contras juntamente com uma guerra econômica ilegal para acabar com o que a Oxfam corretamente chamou de "a ameaça de um bom exemplo".

Os terríveis ataques terroristas dos contras, sob ordens dos EUA, em direção aos "alvos leves" contribuíram, juntamente com o boicote econômico, para o fim de toda e qualquer esperança de desenvolvimento econômico e reforma social. O terror norte-americano assegurou que a Nicarágua não desmobilizasse seu exército e enviasse seus poucos e limitados recursos para a reconstrução das ruínas, que foram deixadas pelos ditadores apoiados pelos EUA e pelos crimes dos reaganistas.

Uma das mais respeitáveis correspondentes da América Central, Julia Preston, escreveu (trabalhando na época para o Boston Globe) que "autoridades do governo afirmaram estar contentes em ver os contras debilitarem os sandinistas, forçando-os a desviar seus escassos recursos para a guerra e afastando-os, assim, dos programas sociais. Aquilo era fundamental, já que os programas sociais eram o coração de um bom exemplo que poderia contaminar outros países da região e corroer o sistema americano de roubo e exploração.

Recusamo-nos, até mesmo, a prestar ajuda na hora da catástrofe. Em 1972, após um terremoto, os EUA enviaram uma considerável soma de recursos em auxílio à Nicarágua, sendo que a maior parte desses recursos foi roubada por nosso amigo Somoza. Entretanto, em 1988, quando um desastre natural - o furacão Joan - abalou a Nicarágua, nós não enviamos sequer um centavo, porque, se o tivéssemos enviado, este centavo provavelmente teria chegado ao povo e não aos bolsos de um bandido rico. Ainda pressionamos nossos aliados a enviarem pouca ajuda.

A devastação do furacão mais a perspectiva bem-vinda de fome em massa e os danos ecológicos, a longo prazo, ajudaram nossos esforços (ou reforçaram nossos objetivos). Nós queríamos que os nicaraguenses morressem de fome para que pudéssemos acusar os sandinistas de má gestão econômica. Já que não estavam sob nosso controle, deveriam sofrer até a morte.

Terceiro, usamos ardis diplomáticos para esmagar a Nicarágua. Como escreveu Tony Avirgan no jornal costarricense Mesoamerica, "os sandinistas caíram numa trama perpetrada pelo presidente costarricense Oscar Arias e outros presidentes centro-americanos, o que lhes custou as eleições de fevereiro [1990]".

Para a Nicarágua, o plano de paz de agosto de 1987 era bom negócio, lembrou Avirgan: eles adiantariam as eleições nacionais em alguns meses e permitiriam a observação internacional, como

já tinham feito em 1984, "em troca de terem os contras desmobilizados e a guerra levada a um fim... . O governo nicaraguense cumpriu o que foi exigido pelo plano de paz, entretanto, ninguém mais prestou a mais leve atenção ao plano.

Arias, a Casa Branca e o Congresso nunca tiveram a mínima intenção de cumprir qualquer aspecto do plano. Os EUA triplicaram virtualmente os vôos da CIA em reforço aos contras. Em poucos meses, o plano de paz estava totalmente sepultado.

Assim que a campanha eleitoral começou, os Estados Unidos tornaram bem claro que o embargo econômico, que estava estrangulando o país, e o terror dos contras continuariam se os sandinistas ganhassem a eleição.

Teríamos de ser no mínimo nazistas ou stalinistas incorrigíveis para considerar uma eleição conduzida sob tais condições como justa e livre. Ao sul de nossas fronteiras, poucos sucumbiram a tais ilusões.

Se uma coisa como essa tivesse sido praticada por nossos inimigos,... eu deixo a reação da mídia por conta de sua imaginação. O incrível foi que os sandinistas ainda obtiveram 40% dos votos, enquanto as manchetes do The New York Times proclamavam que os americanos estavam "unidos na alegria" com essa "vitória do jogo limpo americano".

As façanhas dos Estados Unidos na América Central, nos últimos 15 anos, são uma enorme tragédia , não só pelo avassalador custo humano, mas também porque há uma década havia reais perspectivas de progresso em direção a uma democracia significativa, comprometida com as necessidades humanas, já com os primeiros sucessos visíveis em El Salvador, Guatemala e Nicarágua.

Esses esforços poderiam ter funcionado e ensinado lições úteis a outros flagelados com problemas semelhantes, o que logicamente era o que os estrategistas norte-americanos mais temiam. A ameaça foi abortada com sucesso, talvez para sempre.

Fazendo da Guatemala um campo de extermínio

Se houve um lugar na América Central que obteve alguma cobertura pela mídia antes da revolução sandinista, este lugar foi a Guatemala. Em 1944, uma revolução derrubou um tirano odioso, resultando daí o estabelecimento de um governo democrático que se inspirou basicamente no New Deal, de Roosevelt. Nos dez anos de interlúdio democrático que se seguiram, houve o início de um bem-sucedido desenvolvimento econômico independente.

Isso causou uma verdadeira histeria em Washington. Eisenhower e Dulles advertiram que "a autodefesa e a autopreservação dos Estados Unidos estavam em jogo, a menos que o vírus fosse exterminado. Os relatórios da Inteligência norte-americana eram muito francos quanto ao perigo representado pela democracia capitalista na Guatemala.

Um memorando da CIA, de 1952, descreveu a situação da Guatemala como "adversa aos interesses dos EUA" devido à "influência comunista... baseada na defesa das reformas sociais e da política nacionalista". O memorando advertia que a Guatemala "tinha recentemente aumentado substancialmente seu apoio às atividades comunistas e antiamericanas em outros países da América Central. Um primoroso exemplo citado foi uma alegada doação de 300.000 dólares a José Figueres.

Como já foi mencionado anteriormente, José Figueres foi o fundador da democracia na Costa Rica e o principal líder democrático da América Central. Embora tenha contribuído entusiasticamente com

a CIA e tenha chamado os Estados Unidos de "o porta-bandeira de nossa causa", além de ter sido considerado pelo embaixador norte-americano na Costa Rica como "a melhor agência de propaganda que a United Fruit Company poderia encontrar na América Latina", Figueres tinha um estilo independente e, portanto, não era de tanta confiança quanto Somoza ou outros bandidos a nosso serviço.

Na retórica política dos Estados Unidos, isso possivelmente faria dele um "comunista". Então, se a Guatemala havia dado dinheiro para ajudá-lo a vencer a eleição, isso mostrava que a Guatemala apoiava os comunistas.

Pior ainda, o mesmo memorando continuava, as "diretrizes radicais e nacionalistas" do governo capitalista democrático, incluindo a "perseguição dos interesses econômicos estrangeiros, especialmente os da United Fruit Company", haviam ganhado "o apoio ou aquiescência da maioria dos guatemaltecos". O governo estava obtendo a "mobilização dos camponeses até aqui inertes", e minando, ao mesmo tempo, o poder dos grandes latifundiários.

Além disso, a revolução de 1944 tinha despertado "um forte movimento nacional para libertar a Guatemala da ditadura militar, do atraso social e do 'colonialismo econômico', que haviam sido normas do passado", e "inspirado a lealdade e se ajustado ao interesse da maioria dos guatemaltecos politicamente conscientes". As coisas tornaram-se ainda piores depois que uma bem-sucedida reforma agrária começou a ameaçar a "estabilidade" nas nações vizinhas, onde a população sofrida não poderia deixar de notar tais medidas.

Em resumo, a situação ficou horrível. Então, a CIA empreendeu um bem-sucedido golpe. A Guatemala tornou-se o açougue que é até hoje, com a intervenção regular dos Estados Unidos sempre que as coisas ameaçam sair fora da linha.

No final da década de 1970, as atrocidades estavam novamente alcançando limites absurdos, provocando protestos verbais. Mesmo assim, ao contrário do que muita gente crê, a ajuda militar para a Guatemala continuou virtualmente a mesma, sob o governo dos "direitos humanos" de Carter. Nossos aliados também se voltaram à nossa causa - notadamente Israel, que é considerado um ativo estrategista, em parte devido ao seu sucesso em promover terrorismo de Estado.

Com Reagan, o apoio ao quase genocídio na Guatemala tornou-se absolutamente fanático. O mais radical dos Hitlers guatemaltecos que nós já apoiamos lá, Rios Montt, foi saudado por Reagan como um homem totalmente dedicado à democracia. No início dos anos 1980, os amigos de Washington trucidaram dezenas de milhares de guatemaltecos, a maioria índios do planalto, além de outros incontáveis casos de pessoas torturadas e violentadas. Grandes regiões foram dizimadas.

Em 1988, um jornal guatemalteco recentemente aberto, chamado *La Epoca*, foi explodido por terroristas ligados ao governo. Naquela época, a mídia aqui estava muito preocupada com o fato de um jornal financiado pelos Estados Unidos na Nicarágua, *La Prensa* - que propunha abertamente a derrubada do governo e apoiava o exército terrorista dirigido pelos EUA -, ter sido forçado a deixar de lançar algumas edições devido à falta de papel de imprensa. Isso causou uma torrente de indignação e insultos, no *Washington Post* e em outros lugares, contra o totalitarismo sandinista.

Por outro lado, a destruição do *La Epoca* não despertou interesse algum e nem foi noticiada aqui, embora o fato tenha sido bem conhecido pelos jornalistas norte-americanos. Naturalmente, os meios de comunicação de massa norte-americanos não esperavam noticiar que as forças de segurança, financiadas pelos Estados Unidos, haviam silenciado a única voz independente na Guatemala, que havia tentado, poucas semanas antes, se levantar.

Um ano depois, um jornalista do *La Epoca*, Júlio Godoy, que havia fugido após a explosão do jornal, voltou à Guatemala para uma breve visita. Quando voltou aos Estados Unidos, ele comparou a situação da América Central com a da Europa Oriental. Para ele, os europeus orientais tinham "mais sorte que os centro-americanos", Godoy escreve por quê:

Enquanto em Praga o governo imposto por Moscou degradaria e humilharia os reformistas, o governo da Guatemala, criado por Washington, os assassinaria. Isso ainda continua, num virtual genocídio que já fez mais de 150.000 vítimas [aquilo que a Anistia Internacional chama de], "um programa governamental de assassinato político".

A imprensa ou se conforma ou, como no caso do *La Epoca*, desaparece. "A gente é tentado a acreditar", continua Godoy, "que algumas pessoas na Casa Branca rendem homenagens aos deuses astecas, oferecendo o sangue centro-americano". E cita um diplomata da Europa Ocidental que afirmou: "Enquanto os norte-americanos não mudarem sua atitude na região, não haverá aqui espaço para a verdade ou para a esperança".

A invasão do Panamá

O Panamá tem sido tradicionalmente controlado pela sua minúscula elite européia, menos de 10% da população. Isso mudou em 1968, quando Omar Torrijos, um general populista, liderou um golpe que permitiu aos negros e aos mestiços pobres partilharem uma fatia mínima do poder, sob sua ditadura militar.

Em 1981, Torrijos foi morto num acidente aéreo. Até 1983, o governante efetivo do Panamá foi Manuel Noriega, um criminoso que havia sido aliado de Torrijos e da CIA.

O governo norte-americano já sabia que Noriega estava envolvido com o tráfico de drogas, desde pelo menos 1972, quando o governo de Nixon considerou a possibilidade de eliminá-lo. Contudo, ele continuou na folha de pagamentos da CIA. Em 1983, uma comissão do Senado norte-americano concluiu que o Panamá havia se tornado um grande centro de lavagem de dinheiro e de tráfico de drogas.

O governo norte-americano, mesmo assim, continuou a prestigiar os serviços de Noriega. Em maio de 1986, o diretor do Órgão de Repressão às Drogas elogiou Noriega por sua "vigorosa política contra o tráfico de drogas". Um ano mais tarde, esse diretor deu "boas-vindas à nossa estreita associação" com Noriega, enquanto o procurador-geral Edwin Meese paralisou uma investigação do Departamento de Justiça dos EUA sobre as atividades criminosas de Noriega. Em agosto de 1987, uma resolução do Senado condenando Noriega foi contestada por Elliott Abrams, uma autoridade do Departamento de Estado, encarregado da política norte-americana na América Central e no Panamá.

Ainda assim, quando Noriega foi finalmente processado, em Miami, em 1988, todas as denúncias, exceto uma, eram referentes a atividades praticadas antes de 1984, quando ele era o nosso "garoto", ajudando os Estados Unidos na guerra contra a Nicarágua, fraudando eleições com a aprovação dos EUA e geralmente servindo de modo satisfatório aos interesses norte-americanos. Isso nada teve a ver com a repentina descoberta de que ele foi gângster e traficante de drogas - o que sempre se soube.

Tudo é muito previsível, como um estudo atrás do outro mostra. Um tirano brutal cruza facilmente a linha, do amigo admirável para o "vilão" e a "escória" quando comete o crime de independência.

Um erro comum é o de ir além do roubo aos pobres - o que até é bom - e começar a interferir nos interesses dos privilegiados, provocando a oposição dos líderes empresariais.

Em meados de 1980, Noriega já era considerado culpado por esses crimes. E, entre outras coisas, ele parecia não estar disposto a ajudar os EUA na guerra dos contras. Sua independência ameaçava também nossos interesses no Panamá. Em 1º de janeiro de 1990, a maior parte da administração do Canal estava para passar ao controle do Panamá no ano 2000, o Canal passará completamente para eles. Tínhamos de nos assegurar, então, que o Panamá estaria nas mãos de pessoas que pudéssemos controlar antes daquela data.

Como não podíamos mais confiar em Noriega para cumprir nossas ordens, ele tinha de sumir. Washington impôs sanções econômicas que virtualmente destruíram a economia, deixando a carga principal cair sobre a maioria pobre e não branca. Essa população também passou a odiar Noriega, porque ele era responsável pela guerra econômica (que era ilegal, se alguém quer saber) que estava levando seus filhos a morrerem de fome.

Em seguida, tentou-se um golpe militar, mas falhou. Então, em dezembro de 1989, os EUA comemoraram a queda do Muro de Berlim e o fim da Guerra Fria invadindo o Panamá de modo fulminante, matando centenas ou talvez milhares de civis (ninguém sabe ao certo, e poucos ao norte do Rio Grande têm interesse suficiente em saber). Isso restaurou o poder da elite branca e rica, que havia sido destituída pelo golpe de Torrijos, bem a tempo de assegurar um governo dócil na mudança administrativa do Canal, em 1º de janeiro de 1990 (como foi observado pela imprensa direitista européia).

Durante todo esse processo, a imprensa norteamericana foi comandada por Washington, selecionando vilões segundo as necessidades do momento. Ações anteriormente perdoadas tornaram-se crimes. Por exemplo, em 1984, a eleição presidencial panamenha foi vencida por Arnulfo Arias. A eleição foi roubada por Noriega com violência e fraude consideráveis.

Mas Noriega ainda não se havia tornado desobediente. Ele era nosso homem no Panamá, e o partido de Arias foi julgado por ter perigosos elementos do "ultranacionalismo". O governo Reagan aplaudiu, portanto, a violência e a fraude, e mandou para lá o secretário de Estado, George Shultz, para legitimar a eleição roubada e elogiar a versão da "democracia" de Noriega como um modelo para os errantes sandinistas.

A aliança Washington-mídia e os principais jornais abstiveram-se de criticar a eleição fraudulenta no Panamá, mas consideraram como totalmente sem valor as eleições sandinistas daquele mesmo ano - que foram muito mais livres e honestas - porque não puderam ser controladas.

Em maio de 1989, Noriega novamente rouba uma eleição, dessa vez de um representante da oposição empresarial, Guillermo Endara. Noriega usou menos violência do que em 1984. Mas o governo Reagan havia sinalizado estar contra Noriega. Seguindo o roteiro já previsível, a imprensa expressou sua indignação ante o fracasso dele em seguir nosso elevado padrão democrático.

A imprensa começou também a denunciar veementemente as violações dos direitos humanos, que anteriormente não haviam merecido a mínima atenção. Na época da invasão do Panamá, em dezembro de 1989, a imprensa já havia satanizado Noriega, transformando-o num monstro pior que Átila, o rei dos hunos (foi basicamente a repetição da satanização de Kadafi, da Líbia). Ted Koppel jurava que "Noriega pertencia àquela confraria especial de vilões internacionais, homens como Kadafi, Idi Amin e o Aiatolá Khomeini, que os americanos amam odiar". Dan Rather colocou-o "no topo da lista de ladrões, das drogas e da escória do mundo". Na verdade, Noriega foi um bandido de muito menor calibre - exatamente como era quando trabalhava para a CIA.

Em 1988, por exemplo, o *Americas Watch* publicou uma reportagem sobre os direitos humanos no Panamá, mostrando um quadro desolador. Mas como os relatórios e as informações mostram claramente, o registro de violações de Noriega aos direitos humanos não era nada diferente do de outros clientes dos Estados Unidos na região, nem era pior do que no período em que Noriega ainda era um dos nossos favoritos e seguia nossas ordens.

Tome o caso de Honduras, por exemplo. Embora não seja um governo terrorista e assassino como os de El Salvador e da Guatemala, os abusos contra os direitos humanos, lá, eram provavelmente piores do que no Panamá. De fato, havia um batalhão treinado pela CIA, em Honduras, que por si só já havia cometido mais atrocidades do que Noriega.

Ou então considerem os ditadores apoiados pelos Estados Unidos, como Trujillo, na República Dominicana, Somoza, na Nicarágua, Marcos, nas Filipinas, Duvalier, no Haiti, e uma série de outros gângsters da América Central, durante a década de 1980. Todos eram mais brutais que Noriega, mas os Estados Unidos os apoiaram incontestavelmente por décadas, mesmo sabendo das terríveis atrocidades cometidas - enquanto os lucros saíam de seus países e desembocavam nos EUA. O governo de George Bush continuou a exaltar Mobutu, Ceausescu e Sadam Hussein, entre outros, todos criminosos piores que Noriega. Suharto, da Indonésia, indiscutivelmente o pior assassino de todos eles, permanecia como "moderado" na mídia de Washington.

De fato, no exato momento em que o Panamá foi invadido, devido ao ultraje na violação dos direitos humanos feito por Noriega, o governo Bush anunciou a venda de alta tecnologia para a China, justificando que 300 milhões de dólares, em negócios para as empresas norte-americanas, estavam em jogo, e assim os contatos foram secretamente retomados, poucas semanas depois do massacre na Praça Tiananmen.

No mesmo dia em que o Panamá foi invadido, a Casa Branca anunciou também planos (e os implementou logo em seguida) de suspender a proibição de empréstimo ao Iraque. O Departamento de Estado explicou com seriedade que a medida objetivava alcançar "o aumento de metas de exportação americano e nos colocar em melhor posição para tratar com o Iraque sobre o relatório dos direitos humanos..."

O Departamento de Estado continuou com essa farsa enquanto Bush repelia a oposição democrática iraquiana (banqueiros, profissionais, etc.) e bloqueava esforços no Congresso para condenar os crimes atrozos de seu velho amigo Sadam Hussein. Comparado com os amigos de Bush em Bagdá e Pequim, Noriega parecia a Madre Teresa de Calcutá.

Após a invasão, Bush anunciou um bilhão de dólares em ajuda ao Panamá, dos quais 400 milhões consistiam em incentivos às empresas norteamericanas para exportar produtos ao Panamá, 150 milhões foram para pagar empréstimos aos bancos e 65 milhões foram para outros empréstimos ao setor privado e garantias aos investidores americanos. Em outras palavras, cerca de metade da ajuda foi um presente do contribuinte americano às empresas americanas.

Os EUA colocaram os banqueiros de volta ao poder depois da invasão. O envolvimento de Noriega com o tráfico de drogas era trivial se comparado com o deles. O tráfico de drogas, lá, foi sempre conduzido pelos bancos - e como o sistema bancário praticamente não é regulamentado -, isso resulta numa saída natural para o dinheiro do crime. Essa tem sido a base altamente artificial da economia panamenha e permanece assim - possivelmente em grau mais elevado - após a invasão. As Forças Armadas de Defesa Panamenha foram também reconstruídas com os mesmos oficiais.

Em geral, tudo está praticamente na mesma, só que agora os servidores encarregados são mais confiáveis. (O mesmo se passa com Granada, que se tornou um grande centro de lavagem de dinheiro das drogas, desde a invasão americana. A Nicarágua também se tornou um importante canal de ligação para o mercado americano de drogas, depois da vitória de Washington na eleição de 1990. A norma é padronizada - assim como a omissão em percebê-la.)

Vacinando o Sudeste Asiático

As guerras americanas na Indochina fazem parte da norma geral. Por volta de 1948, o Departamento de Estado reconheceu claramente que o Viet Minh, a resistência antifrancesa comandada por Ho Chi Min, era o movimento nacional do Vietnã. Mas o Viet Minh não cedeu o controle às oligarquias locais, favorecendo então o desenvolvimento independente e ignorando os interesses dos investidores estrangeiros.

Temia-se que o Viet Minh pudesse ter êxito, já que, nesse caso, "a podridão propagar-se-ia" e o "vírus infectaria" a região, para adotar a linguagem que os estrategistas usaram anos após anos. (Com exceção de alguns loucos e alienados, ninguém temia a conquista - o que eles mais temiam era que um exemplo positivo fosse bem sucedido.)

O que se faz quando se tem um vírus? Primeiro você o destrói e, em seguida, vacina as vítimas em potencial para que a doença não se propague. É essa a estratégia que os EUA utilizam no Terceiro Mundo.

Se possível, é aconselhável fazer com que os militares locais destruam para você. Se eles não puderem, você terá de contar com suas próprias forças. Isso é mais oneroso, e deselegante, mas algumas vezes você tem de fazer isso. O Vietnã foi um desses lugares em que tivemos de agir assim.

Bem no final dos anos 1960, os EUA bloquearam todas as tentativas de um acordo político para o conflito, mesmo aqueles propostos pelos generais de Saigon. Se houvesse um acordo político, poderia haver progresso na direção de um desenvolvimento bem sucedido fora da nossa influência - resultado esse inaceitável.

Ao invés disso, nós instalamos um terror de Estado, de estilo tipicamente latino-americano no Sul do Vietnã, subvertendo a única eleição livre na história do Laos, porque o lado errado ganhou, e bloqueamos a eleição no Vietnã, porque era óbvio que o lado errado iria ganhar lá também.

O governo Kennedy fez uma escalada de ataque contra o Vietnã do Sul, partindo de um maciço terror de Estado para uma agressão aberta. Johnson enviou uma enorme força expedicionária para atacar o Sul do Vietnã e expandiu a guerra para toda a Indochina. Isso certamente destruiu o vírus - porém, a Indochina terá sorte se dentro de cem anos conseguir se recuperar.

Enquanto os EUA extirpavam a doença do desenvolvimento independente pela raiz no Vietnã, evitaram também sua propagação, apoiando a tomada de poder na Indonésia por Suharto, em 1965, promovendo a queda da democracia nas Filipinas por Ferdinando Marcos, em 1972, e apoiando a lei marcial na Coreia do Sul e na Tailândia, e assim por diante.

O golpe de Suharto na Indonésia, em 1965, foi particularmente bem acolhido pelo Ocidente, porque destruiu ali o único partido político de massa resultando em poucos meses numa matança de cerca de setecentas mil pessoas, a maioria camponeses sem terra - "um raio de luz na Ásia", como se

rejubilou o principal pensador do *The New York Times*, James Reston, assegurando aos seus leitores que os EUA tinham participado desse triunfo.

O Ocidente ficou muito grato em fazer negócios com o novo líder "moderado" da Indonésia, como o *Christian Science Monitor* descreveu o general Suharto, após ele ter lavado as mãos de sangue enquanto acumulava centenas de milhares de cadáveres do Timor e de outras partes. Esse impressionante extermínio de massa é "um bálsamo para o coração", assegurou-nos o respeitável *Economist*, referindo-se, sem dúvida, à sua atitude em relação às empresas ocidentais.

Depois que a guerra do Vietnã terminou, em 1975, o objetivo principal dos Estados Unidos tem sido maximizar o sofrimento e a repressão nos países que foram devastados pela violência. O grau de crueldade é realmente espantoso.

Quando os menonitas tentaram vender lápis para o Camboja, o Departamento de Estado tentou impedi-los. Quando a Oxfam tentou enviar-lhes dez bombas solares, a reação foi igual. O mesmo se sucedeu com os grupos religiosos que tentaram mandar pás escavadeiras para o Laos, para que fossem desenterradas as bombas lançadas pelos ataques americanos.

Quando a Índia tentou enviar cem búfalos domésticos para o Vietnã para compensar a quantidade enorme de gado destruída pelos ataques americanos - lembre-se que, nesse país primitivo, o búfalo doméstico representa o fertilizante, o trator e a sobrevivência -, os Estados Unidos ameaçaram cancelar o programa de ajuda Alimento para a Paz. (Com isso, até Orwell ficaria surpreso.) Nenhum grau de crueldade é suficientemente grande para os sádicos de Washington. As classes instruídas conhecem o suficiente para olhar do outro lado.

Para sangrar o Vietnã, nós apoiamos indiretamente o Khmer Vennelho por intermédio de nossos aliados, China e Tailândia. Os cambojanos tiveram de pagar com sangue até estarmos seguros de que não haveria recuperação no Vietnã. Os vietnamitas foram punidos por terem enfrentado a violência norte-americana.

Ao contrário do que praticamente todos dizem - direita ou esquerda -, os Estados Unidos alcançaram seu objetivo na Indochina. O Vietnã foi destruído. Não há mais perigo ali de um desenvolvimento bem-sucedido poder servir de modelo para outros países da região.

Logicamente, não foi uma vitória total para os Estados Unidos. Nossa grande meta - a de reincorporar a Indochina ao sistema global dominado pelos EUA - ainda não foi alcançada.

Mas o nosso objetivo básico - o decisivo, o que realmente importava - foi o de destruir o vírus, e isso nós conseguimos. O Vietnã é um país em desespero e os Estados Unidos fazem o que podem para mantê-lo assim. Em outubro de 1991, os Estados Unidos ignoraram mais uma vez os enérgicos protestos de seus aliados, na Europa e no Japão, e renovaram o embargo e as sanções contra o Vietnã. Os países de Terceiro Mundo devem aprender que não podem ousar levantar a cabeça. Senão, o valentão global os perseguirá incansavelmente por cometerem esse crime inconfessável.

A Guerra do Golfo

A Guerra do Golfo ilustrou bem este mesmo guia de princípios, como poderemos ver claramente, se levantarmos o véu da propaganda.

Quando o Iraque invadiu o Kuwait, em agosto de 1990, o Conselho de Segurança da ONU imediatamente condenou o Iraque e lhe impôs severas sanções. Por que a ONU reagiu tão

prontamente e com uma firmeza tão sem precedentes? A aliança entre a mídia e o governo norte-americano tinha uma resposta padrão.

Primeiro, disseram-nos que a agressão iraquiana era um crime singular e, portanto, merecia uma reação singularmente dura. "A América está onde sempre esteve - contra a agressão, contra todos aqueles que usam da força para substituir o império da lei" - assim fomos informados pelo presidente Bush - o invasor do Panamá e único chefe de Estado condenado pela Corte Internacional pelo uso ilegal da força (a condenação da Corte deveu-se ao ataque norte-americano contra a Nicarágua). A mídia e as classes instruídas repetiram obedientemente a lição ditada pelo seu líder, curvando-se em reverência à grandiosidade de seus altos princípios.

Segundo, essas mesmas autoridades declararam, em coro, que finalmente a ONU estava agora funcionando como fora planejada. Eles argumentavam que isso era impossível antes do fim da Guerra Fria, quando a ONU se tornou ineficiente graças à dissidência da União Soviética e à estridente retórica antiocidental do Terceiro Mundo.

Nenhum desses argumentos resistem, mesmo por um instante, a um exame mais minucioso. Nem os EUA e nem os demais países aliados estavam sustentando algum alto princípio no Golfo. O motivo dessa resposta sem precedentes a Sadam Hussein não foi sua brutal agressão, mas sim por ele ter pisado em falso.

Sadam Hussein é um gângster assassino exatamente como era antes da Guerra do Golfo, quando ele era nosso amigo e sócio comercial favorito. Sua invasão ao Kuwait foi certamente uma atrocidade, porém dentro dos padrões de outros crimes praticados pelos Estados Unidos e seus aliados, e nem tão terrível quanto as que ocorreram em outras regiões. Por exemplo, a invasão da Indonésia e a anexação do Timor Oriental, que alcançaram proporções próximas às de um genocídio, devido ao decisivo apoio dos EUA e de seus aliados. Talvez um quarto dos setecentos mil habitantes tenham sido mortos, uma carnificina superior à ocorrida em Pol Pot, em relação à população, naquele mesmo período.

Nosso embaixador na ONU naquela época (hoje senador por Nova York), Daniel Moynihan, assim explicou sua façanha na ONU em relação ao Timor Oriental: "Os EUA queriam que as coisas ocorressem justamente da forma como ocorreram, e trabalharam para isso. O Departamento de Estado desejava que a ONU comprovasse sua total ineficácia em quaisquer medidas que fossem empreendidas por ela. Esta tarefa foi dada a mim, e eu a cumpri com considerável sucesso".

O ministro das Relações Exteriores australiano justificou a aquiescência de seu país na invasão do Timor Oriental (e a participação com a Indonésia no roubo das ricas reservas de petróleo do Timor) dizendo simplesmente que "o mundo é um lugar muito injusto, repleto de exemplos de conquistas pela força". Quando o Iraque invadiu o Kuwait entretanto, seu governo fez uma ressonante declaração, afirmando que "os países maiores não podiam invadir os menores e saírem ilesos". Nenhum limite do cinismo perturba a equanimidade dos moralistas ocidentais.

Quanto à ONU estar finalmente funcionando como fora planejada, os fatos são claros - mas absolutamente obscurecidos pelos guardiães da correção política, que controlam com mãos-de-ferro os meios de expressão. Por muitos anos, a ONU tem sido bloqueada pelas grandes potências, primeiramente pelos EUA - não pela União Soviética ou pelo Terceiro Mundo. Desde 1970, os Estados Unidos têm vetado muito mais resoluções no Conselho de Segurança do que as outras nações (a Inglaterra em segundo lugar, a França em terceiro e a URSS em quarto).

Nossa história na Assembléia Geral é semelhante. E a "retórica estridente antiocidental" do Terceiro Mundo resulta geralmente numa chamada para acatar a lei internacional, uma barreira lamentavelmente frágil contra a pilhagem dos poderosos.

A ONU foi capaz de responder à agressão iraquiana porque, pela primeira vez, os Estados Unidos permitiram isso. A severidade sem precedentes das sanções da ONU foi resultado de intensas ameaças e pressões dos Estados Unidos. As sanções tiveram uma oportunidade rara e boa de funcionar, não só por causa de sua dureza como também porque os habituais violadores de sanções - EUA, Inglaterra e França - as acataram, por mais estranho que pareça.

Mas, mesmo depois de permitir as sanções, os Estados Unidos imediatamente bloquearam a saída diplomática ao despachar uma enorme força militar para o Golfo, à qual a Inglaterra se uniu, apoiada pelas ditaduras das famílias que governam os países petrolíferos no Golfo, com a participação apenas nominal dos outros países.

Uma força menor de dissuasão seria suficiente para que as sanções tivessem um efeito significativo, o que um exército de meio milhão de soldados não poderia conseguir. O propósito da rápida concentração militar era eliminar o perigo de o Iraque sair de modo pacífico do Kuwait.

Por que uma solução diplomática era tão pouco atraente? Poucas semanas após a invasão do Kuwait, no dia 2 de agosto, as linhas básicas de um possível acordo político estavam tornando-se claras. A resolução 660 do Conselho de Segurança exigia a retirada imediata do Kuwait e também convocava negociações simultâneas para as questões de fronteira. Em meados de agosto, o Conselho de Segurança considerou uma proposta iraquiana de retirada do Kuwait naquele contexto.

Parece que ali havia duas questões: primeiro, o acesso do Iraque ao Golfo, que teria implicado um arrendamento ou um outro controle sobre duas áreas pantanosas desabitadas, entregues ao Kuwait pela Inglaterra, em sua decisão imperial (que havia deixado o Iraque praticamente sem saída para o mar); segundo, a solução de uma disputa em torno de um campo de petróleo, que se estendia por duas milhas dentro do Kuwait, além de uma fronteira não estabelecida.

Os EUA praticamente rejeitaram a proposta, ou quaisquer outras negociações. No dia 22 de agosto, sem revelar os fatos acerca da iniciativa iraquiana (o que aparentemente era conhecido), o *The New York Times* informou que o governo Bush estava determinado a bloquear a "via diplomática" por temer que "a crise se difundisse" muito mais dessa maneira. (Os fatos principais foram publicados uma semana mais tarde pelo diário *Newsday*, de Long Island, mas a mídia, em geral, manteve silêncio sobre o assunto.)

A última oferta antes do bombardeio, emitida pelos oficiais norte-americanos, a 2 de janeiro de 1991, exigia a total retirada iraquiana do Kuwait. Não havia nenhuma especificação sobre fronteiras, mas a oferta foi feita num contexto de acordos não específicos, "ligados" a outras questões: armas de destruição em massa na região e o conflito árabe-israelita.

As últimas questões incluíam a ocupação ilegal do Sul do Líbano por Israel, em violação à resolução 425 do Conselho de Segurança, de março de 1978, que exigia a retirada imediata e incondicional do território invadido. A resposta dos Estados Unidos foi a de que não haveria diplomacia. A mídia, com exceção do *Newsday*, omitiu os fatos enquanto louvava os altos princípios de Bush.

Os EUA recusaram-se a considerar as questões "articuladas" porque se opunham à diplomacia em todas essas questões. Isso ficou claro meses antes da invasão do Kuwait pelo Iraque, quando os EUA rejeitaram a oferta iraquiana de negociação sobre armas de destruição em massa. Na oferta, o

Iraque propunha a destruição total tanto das armas químicas quanto das biológicas, se outros países da região também dessem fim a suas armas de destruição em massa.

Sadam Hussein era, então, amigo e aliado de Bush, e, sendo assim, recebeu uma resposta significativa. Washington disse que acolheria bem a proposta iraquiana de destruir suas próprias armas, mas não queria que isso ficasse ligado a outras "questões ou sistemas de armas".

Não houve menção sobre "os outros sistemas de armas". E havia uma razão para isso. Israel não só tem armas químicas e biológicas como também é o único país no Oriente Médio que possui armas nucleares (provavelmente cerca de duzentas delas). Mas "armas nucleares israelenses" é uma expressão que não pode ser escrita ou pronunciada por nenhuma fonte oficial do governo norteamericano. Essa expressão suscitaria perguntas sobre a ajuda ilegal a Israel, já que a legislação sobre ajuda estrangeira proíbe, desde 1977, o envio de recursos a qualquer país que desenvolva armas nucleares secretamente.

Independentemente da invasão do Iraque, os EUA têm bloqueado sempre todo e qualquer processo de paz no Oriente Médio, incluindo uma conferência internacional sobre reconhecimento do direito dos palestinos à sua autodeterminação. Por vinte anos, os EUA têm sido praticamente os únicos a manterem essa posição. Os votos na ONU mostram seu padrão regular anual. Mais uma vez, em dezembro de 1990, bem no meio da crise do Golfo, a chamada para uma conferência internacional recebeu 144 votos a favor e dois contra (EUA e Israel). Isso nada teve a ver com Iraque e Kuwait.

Os EUA também se recusaram inflexivelmente a permitir uma reversão da agressão iraquiana por meios pacíficos, como é prescrito pela Lei Internacional. Em vez disso, preferiram evitar a diplomacia e restringir o conflito à arena da violência, na qual é permitido a uma superpotência, não enfrentando qualquer oposição, prevalecer sobre um adversário do Terceiro Mundo.

Como já foi exposto, os EUA executam ou apóiam regularmente a agressão, mesmo em casos muito mais criminosos que a invasão do Kuwait pelo Iraque. Só o mais obtuso dos comissários teria dificuldade em entender esses fatos, ou nos raros casos em que os EUA, quando se opõem a alguma ação ilegal de algum cliente ou aliado, ficam realmente muito felizes em atuar na "articulação".

Veja a ocupação da Namíbia pela África do Sul, declarada ilegal pela ONU, na década de 1960. Os EUA seguiram aí a "diplomacia silenciosa" e o "relacionamento construtivo" por anos, intermediando um acordo que deu à África do Sul ampla recompensa (inclusive o principal porto da Namíbia) por suas agressões e atrocidades, com sua "articulação" estendendo-se para o Caribe, e os lucros bem-vindos para os interesses das empresas internacionais.

As forças cubanas que haviam defendido Angola, vizinha da Namíbia, do ataque da África do Sul foram retiradas da região, mas os Estados Unidos, assim como no "acordo de paz" feito na Nicarágua em 1987, continuaram suprindo o Exército terrorista, apoiados pelos seus aliados (África do Sul e Zaire), preparando terreno para a "eleição democrática" estilo Nicarágua 1992, onde o povo foi para as urnas sob a ameaça de estrangulamento na economia e ataque terrorista se votasse de maneira errada.

Enquanto isso, a África do Sul estava saqueando e destruindo a Namíbia, usando-a como uma base-ataque contra seus países vizinhos. Somente entre os anos Bush e Reagan (1980-1988) a violência na África do Sul causou prejuízos em torno de 60 bilhões de dólares e a morte de mais de um milhão e meio de pessoas nos países vizinhos (excluindo a Namíbia e a África do Sul). Mas a classe dos comissários foi incapaz de enxergar esses fatos e elogiou a admirável disposição de altos princípios de George Bush, quando ele se opôs a qualquer "articulação" - mas quando alguém pisa em nossos pés...

De modo geral, opor-se à "articulação significa um pouco mais do que rejeitar a diplomacia, que sempre envolve questões mais complexas. No caso do Kuwait, a posição dos Estados Unidos foi particularmente vaga. Depois que Sadam Hussein saiu da linha, o governo Bush pressionou para que a capacidade de agressão iraquiana fosse eliminada (uma posição correta, em contraste com a posição anterior de apoio às agressões e atrocidades de Sadam) e convocou um acordo regional para garantir a segurança na região.

Bem, isso é articulação. O fato é que simplesmente os EUA temiam que a diplomacia pudesse "difundir a crise" e, portanto, bloquearam a "articulação" diplomática, durante todas as etapas da escalada da guerra.

Ao recusar a diplomacia, os EUA conseguiram seus objetivos fundamentais no Golfo. Nós estávamos preocupados com o fato de que os incomparáveis recursos de energia do Oriente Médio permanecessem sob o nosso controle e que os enormes lucros que eles produzem ajudassem a manter as economias dos EUA e de seu aliado britânico.

Os Estados Unidos além disso reforçaram sua posição dominante e ensinaram a lição de que o mundo é governado pela força. Com essas metas alcançadas, Washington continuou a manter a "estabilidade", barrando qualquer ameaça de mudança democrática nas tiranias do Golfo, dando tácito apoio a Sadam Hussein quando ele esmagou as revoltas populares dos xiitas, ao sul, a poucas milhas da linha americana, e depois a dos curdos, ao norte do país.

Mas o governo Bush ainda não havia alcançado êxito naquilo que Thomas Friedman, seu porta voz e correspondente-chefe da diplomacia no *The New York Times*, chama de "o melhor dos mundos: uma junta iraquiana de punho-de-ferro sem Sadam Hussein". "Isto", escreve Friedman, "seria voltar aos dias felizes em que o punho-de-ferro de Sadam... mantinha o Iraque unido, para satisfação dos aliados americanos, Turquia e Arábia Saudita", sem falar do chefe em Washington. A situação atual do Golfo reflete as prioridades das superpotências que escondem as cartas, ou qualquer outra evidência que deve permanecer oculta para os guardiães da fé.

A cobertura Irã-Contras

Os principais elementos da história do caso Irã-Contras eram conhecidos bem antes de serem expostos em 1986, com exceção de um fato: que a venda de armas para o Irã, via Israel, e a guerra ilegal dos Contras, dirigida do escritório de Ollie North, na Casa Branca, estavam conectadas.

A remessa de armas ao Irã, via Israel, não começou em 1985, quando um inquérito congressional e um procurador especial começaram a investigar a história. Isso começou quase que imediatamente após a queda do xá do Irã, em 1979. Já em 1982, era do conhecimento público que Israel estava fornecendo grande parte das armas ao Irã - conforme se podia ler nas primeiras páginas do *The New York Times*.

Em fevereiro de 1982, as principais figuras de Israel, cujos nomes só apareceriam mais tarde na rede de televisão da BBC, descreveram como eles haviam ajudado a organizar o fluxo de armas para o regime de Khomeini. Em outubro de 1982, o embaixador israelense nos EUA declarou publicamente que Israel enviava armas para o regime de Khomeini "com a cooperação dos Estados Unidos... quase no mais alto nível". Os altos oficiais israelenses envolvidos também deram sua versão: estabelecer laços com elementos das forças armadas do Irã que pudessem derrubar o regime, restaurando os acordos que vigoravam durante o regime do xá - ou seja, procedimentos operacionais de rotina.

Quanto à guerra dos Contras, os fatos elementares das operações ilegais North-CIA já eram conhecidos em 1985 (a história já havia sido revelada há mais de um ano, quando um avião com suprimentos foi abatido e o agente americano Eugene Hasenfus foi capturado). A mídia simplesmente preferiu olhar para o outro lado.

O que então gerou o escândalo Irã-Contras? Chegou um momento em que se tomou impossível ocultá-lo por mais tempo. Quando o avião de Hasenfus foi derrubado, na Nicarágua, levando armas para os Contras por meio da CIA, e a imprensa libanesa informou que o Conselho de Segurança Nacional dos EUA estava distribuindo bíblias e bolos de chocolate em Teerã, a história não pôde mais ser mantida oculta. Depois disso, emergiu a conexão entre essas duas histórias bem conhecidas.

Passamos então para a fase seguinte: o controle do prejuízo. Foi nisso que se baseou o prosseguimento do caso.

As perspectivas para a Europa Oriental

O que foi notável nos acontecimentos do Leste Europeu, nos anos 1980, foi que a potência imperial simplesmente voltou atrás. A União Soviética não só permitiu como encorajou os movimentos populares. Há poucos precedentes históricos iguais a estes.

Isso não aconteceu porque os soviéticos eram bonzinhos. Eles foram levados por necessidades internas. Mas aconteceu e, como resultado, os movimentos populares no Leste Europeu não tiveram de enfrentar, nem remotamente, o que eles enfrentariam se ocorressem em nossa área. O jornal dos jesuítas salvadorenhos concluiu acertadamente que, em seu país, Vaclav Havel (o antigo prisioneiro que se tornou presidente da Tchecoslováquia) não teria sido levado para a cadeia, mas cortado em pedaços e deixado em qualquer lugar à beira da estrada.

A União Soviética até pediu desculpas pelo uso da violência no passado e este também é um fato sem precedentes. Entretanto, os jornais norte-americanos concluíram que, devido aos russos terem admitido que a invasão do Afeganistão foi um crime que violou a Lei Internacional, eles agora estavam finalmente se unindo ao mundo civilizado. Essa é uma reação interessante. Imagine alguém da mídia norte-americana sugerir que talvez os EUA devessem tentar se elevar ao nível do Kremlin, admitindo que os ataques contra o Vietnã, o Laos e o Camboja também violaram a Lei Internacional!

O único país onde houve extrema violência, entre as tiranias derrubadas na Europa Oriental, foi justamente aquele em que os soviéticos tinham menor e os americanos maior influência: a Romênia. Nicolau Ceausescu, o ditador da Romênia, tinha visitado a Inglaterra, onde lhe foi dado tratamento real, e os Estados Unidos renderam-lhe tratamento de representante de nação favorecida, com vantagens comerciais e outras coisas semelhantes.

Ceausescu era tão louco e brutal antes quanto depois, mas como havia visivelmente se retirado do Pacto de Varsóvia e estava seguindo um caminho um tanto independente, achamos que ele estava só parcialmente do nosso lado na luta internacional. (Nós somos a favor da independência desde que ela seja estabelecida no império de outros povos, não em nosso império.)

Nas outras partes da Europa, os levantes foram notadamente pacíficos. Houve alguma repressão, mas historicamente 1989 foi singular. Não consigo pensar em outro caso que se aproxime deste.

Acho que as perspectivas para a Europa Oriental são bastante obscuras. O Ocidente tem um plano para ela: ele quer transformar grande fração dela em uma nova e facilmente explorável parte do Terceiro Mundo.

Sempre houve uma espécie de relacionamento colonizador entre a Europa Ocidental e a Europa Oriental. De fato, o bloqueio desse relacionamento pelos russos foi um dos motivos da Guerra Fria. Agora, esse relacionamento está sendo restabelecido e há sérios conflitos sobre quem irá ganhar a corrida do roubo e da exploração. Será a Europa Ocidental liderada pela Alemanha (atualmente na frente), será o Japão (esperando em cima do muro para ver de onde aparecem os melhores lucros) ou serão os Estados Unidos (tentando entrar em ação)?

Há muitos recursos para serem explorados e muita mão-de-obra barata para a linha de produção. Mas antes temos de impor-lhes o modelo capitalista. Nós não o aceitamos para *nós mesmos* - mas para o Terceiro Mundo, nós insistimos nesse modelo. Este é o sistema do FMI. Se conseguirmos que o adotem, eles serão facilmente exploráveis e desempenharão seu novo papel da mesma forma que o Brasil e o México.

Em muitos sentidos, a Europa Oriental é mais atraente para os investidores do que a América Latina. Uma dessas razões é que sua população é branca e de olhos azuis, logo mais fácil de negociar com os investidores, que vêm de sociedades profundamente racistas como a da Europa Ocidental e a dos Estados Unidos.

O mais importante ainda é que a Europa Oriental tem, em geral, saúde e padrões educativos muito mais elevados que os da América Latina que, salvo certos setores isolados de riqueza e privilégio, é uma área de desastre total. Uma das poucas exceções a esse respeito é Cuba, que se aproxima mais dos padrões ocidentais de alfabetização e saúde, embora suas perspectivas sejam sombrias.

Uma razão para essa disparidade entre a América Latina e a Europa Oriental é o nível demasiadamente maior de terror estatal nos anos posteriores a Stalin. Um segundo motivo é a política econômica.

De acordo com a inteligência Americana, a União Soviética injetou cerca de 80 bilhões de dólares na Europa Oriental, nos anos 1970. A situação foi bem diferente na América Latina. Entre 1982 e 1987, cerca de 150 bilhões de dólares foram transferidos da América Latina para o Ocidente. O *The New York Times* cita estimativas em "transações escusas" que poderiam alcançar 700 bilhões de dólares (incluindo dinheiro de drogas, lucros ilegais, etc.). Os efeitos na América Central têm sido particularmente devastadores, mas o mesmo ocorre em toda a América Latina, onde há uma pobreza generalizada, desnutrição, mortalidade infantil, destruição ambiental, terror estatal e um colapso no padrão de vida aos níveis de décadas passadas.

A situação na África é ainda pior. A catástrofe do capitalismo foi particularmente grave nos anos 1980, um "implacável pesadelo" sob o domínio das potências ocidentais, isso nos exatos termos do chefe da Organização da Unidade Africana. Folhetos explicativos, fornecidos pela Organização Mundial de Saúde, estimam que 11 milhões de crianças morrem a cada ano no "mundo em desenvolvimento", "um genocídio silencioso" que poderia terminar rapidamente se os recursos fossem dirigidos para as necessidades humanas ao invés de serem dirigidos para o enriquecimento de uns poucos.

Numa economia global planejada para os interesses e as necessidades econômicas das corporações e para as finanças internacionais, além dos setores que as servem, a maioria dos seres vivos se

tornam supérfluos. Eles serão colocados de lado se as estruturas institucionais de poder e de privilégio funcionarem sem o desafio ou o controle popular.

O bandido de aluguel do mundo

Na maior parte deste século, os Estados Unidos foram, de longe, a potência econômica dominante no mundo, que fez da guerra econômica uma arma atraente, incluindo medidas que variam do embargo ilegal às imposições das regras do FMI (para os fracos). Mas, nos últimos vinte anos, mais ou menos, os Estados Unidos têm estado em declínio em relação ao Japão e à Europa encabeçada pela Alemanha (graças, em parte, ao mal gerenciamento do governo Reagan, que deu uma festa aos ricos com custos pagos pela maioria da população e das futuras gerações). Ao mesmo tempo, no entanto, o poder militar norte-americano tornou-se absolutamente preponderante no mundo.

Enquanto a União Soviética esteve no jogo, havia um limite para a força que os Estados Unidos poderiam aplicar, particularmente nas áreas mais remotas, onde não tínhamos a vantagem de uma grande força convencional. Como a URSS costumava apoiar governos e movimentos políticos que os EUA tentavam destruir, havia o perigo de que a intervenção norte-americana no Terceiro Mundo pudesse explodir numa guerra nuclear.

Com o obstáculo soviético desfeito, os EUA estão muito mais livres para usar a violência pelo mundo afora, fato este reconhecido com muita satisfação pelos analistas políticos norte-americanos, há vários anos.

Em qualquer confrontação, cada participante tenta deslocar a batalha para o terreno em que tenha maior probabilidade de sucesso. Se se quer liderar com energia, tem de jogar pesado. A jogada de peso dos Estados Unidos é a força, então, se pudermos estabelecer o princípio de que a força comanda o mundo, isso será uma vitória para nós. Se, por outro lado, um conflito for resolvido por meios pacíficos, isso nos beneficiará menos, porque nossos rivais são tão bons ou até melhores que nós nesse terreno.

A diplomacia é particularmente uma opção indesejável, a menos que seja exercida sob a mira do fuzil. Os Estados Unidos têm muito pouco apoio popular para suas metas no Terceiro Mundo. Isso não é surpresa, tendo em vista que os EUA vêm tentando impor estruturas de dominação e de exploração. Um acordo diplomático tem o dever de responder, ao menos em certo grau, aos interesses dos outros participantes na negociação, e isso é um problema quando suas posições não são muito populares.

Em consequência, as negociações são algo que os EUA comumente tentam evitar. Ao contrário da imensa propaganda, há muitos anos essa tem sido a verdade no Sudeste Asiático, no Oriente Médio e na América Central.

Diante de tal quadro, é natural que o governo Bush considerasse a força militar como principal instrumento político, preferindo-a às sanções e à diplomacia (como na crise do Golfo). Visto que atualmente os Estados Unidos necessitam de base econômica para impor "ordem e estabilidade" no Terceiro Mundo, é necessário contar com outros que financiem tais atividades - alguém é necessário, como é amplamente reconhecido, desde que seja alguém que assegure o devido respeito aos mestres. O fluxo de lucros da produção petrolífera do Golfo ajuda. Mas o Japão e a Europa continental, liderada pela Alemanha, devem pagar sua parte assim que os Estados Unidos assumirem o seu "papel de mercenário", seguindo o conselho da imprensa de empresas internacionais.

O editor financeiro do conservador *Chicago Tribune* vem enfatizando esses temas com uma clareza singular. Nós devemos ser "mercenários bem dispostos", pagos pelos nossos rivais por nossos amplos serviços prestados, usando nosso "monopólio de poder" no "mercado de segurança" para manter "nosso controle sobre o sistema econômico mundial". Deveríamos administrar um plano de proteção global, ele aconselha, vendendo "proteção" para outras potências ricas, que nos pagariam uma "recompensa de guerra".

Isto é *Chicago*, onde as palavras são assim entendidas: se alguém o incomodar, você pode chamar a Máfia para quebrar-lhe ossos. Mas se você se atrasar na recompensa, sua saúde também pode sofrer danos.

Para ser exato, o uso da força para controlar o Terceiro Mundo é somente o último recurso. O FMI é um instrumento mais barato que os *marines* e a CIA. Mas o "punho-de-ferro" deve estar nos bastidores, disponível quando necessário.

Nosso papel de "bandidos de aluguel" também causa sofrimento interno. Todas as potências industriais bem-sucedidas sempre contaram com o Estado para protegê-las e ampliar seus já poderosos interesses econômicos internos, direcionando os recursos públicos para as necessidades dos investidores, e assim por diante - este é um motivo pelo qual eles são bem-sucedidos. Desde 1950, os EUA têm, em geral, seguido essas metas por intermédio do sistema do Pentágono (inclusive a NASA e o Departamento de Energia, que produzem armas nucleares). Atualmente, estamos atados a esses instrumentos para manter as indústrias eletrônicas, a indústria de computadores e a indústria de tecnologia de ponta, em geral.

Os excessos keynesianos dos militares reaganistas aumentaram ainda mais os problemas. A transferência de recursos para a minoria rica e outras políticas governamentais levaram a uma vasta onda de manipulação financeira e a um frenesi de consumo. Contudo, houve pouco investimento na área produtiva e o país ficou sobrecarregado com enormes dívidas: governamentais, empresariais, manutenção interna e a incalculável dívida social, cujas necessidades levam a sociedade a se aproximar do padrão do Terceiro Mundo, com ilhas de grande riqueza e privilégio num mar de miséria e sofrimento.

Quando o Estado está comprometido com tais políticas, deve de alguma forma buscar uma maneira de distrair a população, para impedi-la de ver o que está acontecendo ao seu redor. Não há muitas maneiras de fazer isso. As mais comuns são inspirar medo a inimigos terríveis que estão prestes a nos subjugar e reverenciar nossos grandes líderes, que nos salvam a tempo do desastre .

Esse foi o exemplo seguido ao longo dos anos 1980, exigindo não pouca ingenuidade assimilá-lo, assim que o esquema padrão, a ameaça soviética, se tornou difícil de ser levado a sério. Assim, a ameaça à nossa existência tem sido Kadafi e seu bando de terroristas internacionais; Granada e sua ameaçadora base aérea; sandinistas marchando para o Texas; narcotraficantes espanhóis liderados pelo arquimaníaco Noriega; e árabes malucos, em geral. Mais recentemente foi Sadam Hussein, depois de praticar um único crime - o crime de desobediência - em agosto de 1990. Tornou-se mais que necessário reconhecer o que sempre foi evidente: o principal inimigo é o Terceiro Mundo, que ameaça sair "fora do controle".

Essas não são leis da natureza. Os processos e as instituições que as engendram podem ser mudados. Mas isso exigiria profundas mudanças culturais, sociais e institucionais que não aconteceriam a curto prazo, inclusive mudanças nas estruturas democráticas, que vão além da seleção periódica de representantes do mundo empresarial para dirigir os negócios nacionais e internacionais.

LAVAGEM CEREBRAL INTERNA

Como funcionava a Guerra Fria

Apesar de muita pretensão, a segurança nacional foi a principal preocupação dos estrategistas americanos e das autoridades eleitas. Os dados históricos revelam isso claramente. Poucos analistas sérios questionaram a posição de George Kennan de que "não é a força militar russa que nos está ameaçando, e sim a força política russa" (outubro de 1947); ou a opinião consistente do presidente Eisenhower de que os russos não pretendiam a conquista militar da Europa Ocidental e que o papel mais importante da Otan era "transmitir confiança às populações desprotegidas, confiança essa que as tornariam politicamente inflexíveis em oposição às infiltrações comunistas".

Mesmo assim, os EUA descartaram a possibilidade de uma solução pacífica para o conflito da Guerra Fria, que teria deixado a "ameaça política" intacta. Em sua história sobre as armas nucleares, McGeorge Bundy escreve que ele não estava "ciente de nenhuma proposta contemporânea séria... que os mísseis balísticos seriam de alguma forma proibidos, por um acordo, antes de eles já estarem instalados", muito embora eles fossem a única ameaça militar concreta aos Estados Unidos. Sempre foi a ameaça "política" do chamado comunismo a principal preocupação.

(Lembre-se "comunismo" é um termo amplo e inclui todos aqueles com "habilidade de controlar os movimentos de massa... coisa que não temos a capacidade de realizar", como o secretário de Estado John Foster Dules admitiu secretamente ao seu irmão Allen, diretor da CIA. "Os pobres são os que eles mais atraem, ele acrescentou, "e estes sempre quiseram saquear os ricos". Então, eles devem ser vencidos para proteger nossa doutrina de que os ricos devem saquear os pobres.)

Naturalmente, tanto os EUA quanto a Rússia preferiam que o outro lado desaparecesse, mas visto que isso implicaria obviamente uma eliminação mútua, então um sistema de gerenciamento global, chamado Guerra Fria, foi estabelecido.

De acordo Com a opinião convencional, a Guerra Fria foi um conflito entre duas super potências, causado pela agressão soviética, na qual tentávamos conter a União Soviética proteger o mundo dela. Se esse ponto de vista é uma doutrina teológica, não há necessidade de discuti-la. Entretanto, se se pretende lançar alguma luz sobre essa história, poderíamos facilmente testá-la, tendo em mente um ponto muito simples: se quisermos entender a Guerra Fria, devemos observar os acontecimentos da Guerra Fria. Se assim fizermos, um quadro bens diferente surgirá.

No lado soviético, os acontecimentos da Guerra Fria foram repetidas intervenções na Europa Oriental: tanques em Berlim Oriental, Budapeste e Praga. Essas intervenções foram realizadas ao longo da mesma rota que serviu para atacar, e praticamente destruir, a Rússia por três vezes, só neste século. A invasão do Afeganistão é o único exemplo de uma intervenção fora de rota, embora também na fronteira soviética.

No lado americano, as intervenções eram no mundo inteiro, refletindo o status alcançado pelos EUA, como a primeira potência verdadeiramente global da história.

Internamente, a Guerra Fria ajudou a União Soviética a entrincheirar no poder uma classe dirigente militar-burocrática e deu aos Estados Unidos um motivo para obrigar sua população a subvencionar

a indústria de alta tecnologia. Não é fácil vender tudo isso às populações internas. A técnica utilizada era o antigo álibe – medo ao grande inimigo.

A Guerra Fria previa isso também. Não importava o quão bizarra fosse a idéia de que a União Soviética, com seus tentáculos, estava estrangulando o Ocidente, o “Império do Mal” *era* de fato mal, *era* um império e *era* brutal. Cada superpotência controlava seu inimigo principal – sua própria população – aterrorizando-a com os crimes (absolutamente reais) do outro.

Numa avaliação crítica, portanto, a Guerra Fria foi uma espécie de acordo tácito entre a União Soviética e os Estados Unidos, sob o qual os EUA conduziram suas guerras contra o Terceiro Mundo e controlaram seus aliados na Europa, enquanto os governantes soviéticos mantiveram com garras de aço seu próprio império interno e seus satélites na Europa Oriental – cada lado utilizando o outro para justificar a repressão e a violência em seu próprio domínio.

Então, por que a Guerra Fria terminou e como o seu fim alterou as coisas? Na década de 1970, os gastos militares soviéticos estavam extrapolando os limites, e os problemas internos estavam aumentando com a estagnação econômica e as crescentes pressões pelo fim do regime tirânico. A potência soviética estava, de fato, declinando internacionalmente há uns trinta anos, como um estudo do Centro de Informação de Defesa mostrou, em 1980. Poucos anos depois, o sistema soviético desmoronaria. A Guerra Fria terminou com a vitória daquele que sempre tinha sido, de longe, o mais rico e mais poderoso concorrente. O colapso soviético fez parte de uma catástrofe econômica geral nos anos 1980, que foi mais dura na maior parte dos domínios do Ocidente no Terceiro Mundo do que no Império Soviético.

Corno já vimos, a Guerra Fria teve elementos importantes no conflito Norte – Sul (para usar o eufemismo contemporâneo em relação a conquista européia do mundo). A maior parte do Império Soviético havia sido constituída por antigas dependências, quase coloniais, do Ocidente. A União Soviética tomou um caminho independente, fornecendo assistência para os alvos de ataque do Ocidente e evitando uma violência ocidental ainda pior. Com o colapso da tirania soviética, e de se esperar que grande parte da região retorne ao seu tradicional status, com os mais altos escalões da antiga burocracia desempenhando o papel das elites do Terceiro Mundo que se enriquecem servindo aos interesses dos investidores estrangeiros.

Entretanto, se esta fase singular terminou, os conflitos Norte – Sul continuam. Um dos lados pode ter se retirado do jogo, mas os EUA procedem como antes – na realidade mais livremente – com o obstáculo soviético sendo uma coisa do passado. Não deve ter surpreendido ninguém que George Bush comemorasse o fim simbólico da Guerra Fria, a queda do Muro de Berlim, invadindo imediatamente o Panamá e anunciando aos quatro ventos que os EUA subverteriam a eleição na Nicarágua, mantendo o estrangulamento econômico e o ataque militar, a menos que o “nosso lado” ganhasse.

Nem foi necessário grande raciocínio para Elliot Abrams observar que a invasão do Panamá pelos Estados Unidos era incomum, porque pôde ser conduzida sem o receio de uma reação soviética em qualquer parte do mundo, ou para os inúmeros comentaristas, durante a crise do Golfo, acrescentarem que agora os EUA e a Inglaterra estavam livres para usar uma força ilimitada contra seus inimigos do Terceiro Mundo, já que não eram mais inibidos pelo obstáculo soviético.

Logicamente, o fim da Guerra Fria traz problemas também. Notadamente, a técnica de controle da população interna sofreu uma alteração, um problema, como já vimos, identificado nos anos 1980. Novos inimigos têm de ser inventados. Torna-se cada vez mais difícil esconder que “os pobres que procuram despojar os ricos” têm sido sempre o verdadeiro inimigo – em particular os hereges do Terceiro Mundo, que buscam escapar do papel de serviçais.

A guerra contra (certas) drogas

Um dos substitutos do extinto Império do Mal tem sido a ameaça representada pelos traficantes de drogas da América Latina. No início de setembro de 1989, uma enorme campanha governo – mídia foi lançada pelo presidente. Naquele mês, os telegramas da AP transmitiram mais histórias sobre drogas do que sobre a América Latina, a Ásia, o Oriente Médio e a África juntos. Se alguém assistisse à televisão, perceberia que em todos os programas de notícias havia uma grande parte mostrando como as drogas estavam destruindo nossa sociedade e tornando-se uma grande ameaça à nossa existência, etc.

O efeito na opinião pública foi imediato. Quando Bush ganhou a eleição presidencial, em 1988, o povo dizia que o déficit do orçamento era o maior problema enfrentado pelo país. Apenas 3% apontou as drogas. Depois do bombardeio pela mídia, as preocupações com orçamento diminuíram, ao mesmo tempo que aumentaram em relação às drogas, em torno de 40% a 45%, o que é muito raro para uma pergunta aberta (onde não são sugeridas respostas específicas).

Atualmente, quando algum país aliado reclama que os EUA não estão enviando suficiente ajuda financeira, não diz mais “necessitamos dela para conter os russos”, e sim, “necessitamos dela para reprimir o tráfico de drogas”. Assim como a ameaça soviética, tais inimigos fornecem uma boa desculpa para a presença militar americana onde haja atividade rebelde ou outros distúrbios.

Assim, internacionalmente, “a guerra às drogas” fornece um pretexto para intervenções. Internamente, tem pouco a ver com as drogas, mas muito a ver com a distração da população, aumentando a repressão nos centros urbanos e apoiando o ataque às liberdades civis.

Não se trata de dizer que o “abuso de substâncias químicas” não seja um problema sério. Na época em que foi lançada a guerra contra as drogas, as mortes por tabaco foram estimadas em cerca de trezentas mil ao ano, e talvez outras cem mil por álcool. Entretanto, essas não eram as drogas que o governo Bush perseguia. Seu alvo foram as drogas ilegais, que haviam causado muito menos mortes – acima de 3.500 ao ano –, de acordo com as estimativas oficiais. Um dos motivos dessa perseguição às drogas era porque o consumo destas esteve diminuindo por alguns anos. Assim, o governo Bush poderia prever seguramente que sua guerra às drogas seria bem sucedida na diminuição do consumo de drogas.

O governo Bush perseguiu também a maconha, que não havia causado nenhuma morte conhecida entre seus sessenta milhões de usuários. Na verdade, o ataque exacerbou o problema das drogas, já que muitos usuários da maconha passaram desta droga, praticamente inofensiva, para outras mais perigosas como a cocaína, que é mais fácil de ocultar.

Assim que a guerra contra as drogas foi lançada com grande estardalhaço, em setembro de 1989, o Conselho de Representantes do Comércio dos EUA (USTR) conseguiu uma audiência em Washington a fim de discutir a proposta das indústrias de tabaco de impor sanções à Tailândia, em retaliação aos esforços desse país em restringir a propaganda e as importações de tabaco americano. Tais ações do governo americano já tinham forçado ao vício, desse narcótico letal, as gargantas de consumidores no Japão, na Coreia do Sul e em Taiwan, com todo tipo de custos humanos já mencionados.

O chefe da Saúde Pública dos Estados Unidos, Everett Koop, declarou perante o conselho do USTR que “quando imploramos aos governos estrangeiros para acabarem com o fluxo de cocaína, é o cúmulo da hipocrisia os EUA exportarem tabaco”. E acrescentou, “daqui a alguns anos, nosso país vai olhar para trás e achar escandalosa a aplicação dessa política de livre comércio”.

Testemunhas tailandesas também protestaram, prevendo que as consequências das sanções americanas reverteriam a diminuição do uso do cigarro, obtida pela campanha do governo contra o tabaco. Em resposta à alegação das companhias americanas que o seu tabaco era o melhor do mundo, uma testemunha tailandesa respondeu que “certamente nós também temos, no Triângulo do Ouro, alguns dos melhores produtos do mundo, mas nunca solicitamos que o princípio de livre comércio imperasse sobre tais produtos. Na verdade, nós os reprimimos”. Os críticos recordaram a Guerra do Ópio ocorrida há 150 anos, quando o governo britânico forçou a China a abrir suas portas ao ópio da Índia britânica, defendendo hipocritamente as virtudes do livre comércio, enquanto impunham forçosamente o vício da droga, em larga escala, na China.

Aqui temos o maior caso de drogas da atualidade. Imagine a estridente manchete: “Governo dos Estados Unidos é líder mundial em venda de drogas”. Isso certamente venderia jornais. Entretanto, a história passou virtualmente despercebida aqui, sem o menor indício das óbvias conclusões.

Outro aspecto do problema das drogas que também recebeu pouca atenção foi o importante papel que os EUA desempenharam no estímulo ao tráfico de drogas, desde a Segunda Guerra Mundial. Isso aconteceu, em parte, quando os EUA começaram a tarefa pós-guerra de minar a resistência antifascista, tornando o movimento sindical um importante alvo.

Na França, a ameaça de poder político e a influência do movimento sindical aumentaram quando foram tomadas medidas para impedir o fluxo de armas às forças francesas, que buscavam reconquistar sua antiga colônia do Vietnã, com o apoio dos EUA. A CIA, então, decidiu enfraquecer e dividir o movimento trabalhista francês, com a ajuda dos principais líderes sindicais norte-americanos, que ficaram muito orgulhosos do seu papel.

A tarefa exigia fura-greves e provocadores. Havia uma óbvia fornecedora: a Máfia. Naturalmente, a Máfia não aceitou o serviço apenas por diversão. Ela queria uma recompensa por seus esforços. E essa lhe foi dada: a Máfia foi autorizada a restabelecer o comércio de heroína, que havia sido suprimido pelos governos fascistas – a famosa “conexão francesa” – que dominou o comércio de drogas até os anos 1960.

Nesse período, o centro de comércio de drogas havia se transferido para a Indochina, especialmente para o Laos e para a Tailândia. A transferência foi novamente um subproduto da operação da CIA – a “guerra secreta” travada naqueles países, durante a Guerra do Vietnã, por um exército mercenário da CIA. Seus integrantes também queriam um pagamento por suas contribuições. Mais tarde, a CIA transferiu suas atividades para o Paquistão e para o Afeganistão, onde o comércio de tráfico de drogas floresceu.

A guerra clandestina contra a Nicarágua também deu uma injeção de energia nos braços dos traficantes de drogas da região, assim que os vôos ilegais da CIA, com armas para as forças mercenárias americanas, ofereceram uma forma tranqüila de transportar drogas de volta para os EUA, algumas vezes por intermédio até de bases da Força Aérea dos Estados Unidos, como informam os traficantes.

A estreita correlação entre o comércio de drogas e o terrorismo internacional (algumas vezes chamada de “contra-insurgência”, “conflito de baixa intensidade” ou algum outro eufemismo) não é nenhuma surpresa. As operações clandestinas necessitam de muito dinheiro, que deve ser lavado. E elas (as operações) precisam de criminosos eficientes. E por aí vai.

Guerra é paz. Liberdade é escravidão. Ignorância é força.

Os termos do discurso político têm tipicamente dois significados. Um é o significado do dicionário, e o outro é o significado utilizado para servir ao poder – o significado doutrinário.

Veja o termo *democracia*. De acordo com o significado comum, uma sociedade é democrática para que extensa parte do povo possa participar, de modo significativo, da direção de seus interesses. Mas o sentido doutrinário de democracia é diferente: ele se refere ao sistema no qual as decisões são tomadas pelos setores da comunidade empresarial e a elite a ela relacionada. O público é apenas “espectador da ação”, não “participante” como os principais teóricos democráticos (neste caso, Walter Lippmann) têm explicado. Ao povo é permitido ratificar as decisões das autoridades superiores e dar apoio a um ou outro representante deles, mas nunca interferir em assuntos – como política pública – que não lhe dizem respeito.

Se segmentos do povo saírem de sua apatia e começarem a se organizar e a entrar na arena pública, isso não será democracia. Será antes uma *crise na democracia* no exato uso técnico do termo, será uma ameaça que terá de ser superada de uma ou de outra maneira: em El Salvador, pelos esquadrões da morte, aqui, nos EUA, por meios mais sutis e indiretos.

Ou veja o termo *livre empresa*, que na prática se refere ao subsídio público e ao lucro privado, com maciça intervenção governamental para manter um estado de bem-estar para os ricos. Na realidade, é provável que em seu uso corrente qualquer frase contendo a palavra “livre” signifique o oposto do seu sentido real.

Veja ainda o termo *defesa contra a agressão*, que é usado – previsivelmente – para se referir à agressão. Quando os EUA atacaram o Sul do Vietnã, no início dos anos 1960, o herói liberal Adlai Stevenson (entre outros) explicou que nós estávamos “defendendo o Vietnã do Sul contra a agressão interna”, isto é, a agressão dos camponeses sul vietnamitas contra a Força Aérea americana e o exército mercenário mantido pelos EUA, que os arrancava de suas casas para os campos de concentração, onde eles poderiam ser “protegidos” dos guerrilheiros do Sul. De fato, esses camponeses apoiavam com disposição os guerrilheiros, enquanto o regime apoiado pelos EUA era uma casca vazia, com o que todos os lados concordavam.

O sistema doutrinário executou tão eficientemente sua tarefa que até hoje, trinta anos depois, a idéia de que os EUA atacaram o Vietnã não é mencionável aqui e conforme tendência geral é até mesmo impensável. As questões essenciais da guerra estão, portanto, fora de uma possível discussão. Os guardiães do politicamente correto (o verdadeiro PC) devem estar bastante orgulhosos de seu feito, já que seria difícil repeti-lo, mesmo no mais bem controlado Estado totalitário.

Ou veja ainda o termo *processo de paz*; algum ingênuo poderá pensar que ele se refere aos esforços em busca da paz. Sob esse aspecto, poderíamos dizer que o processo de paz no Oriente Médio inclui, por exemplo, a oferta de um completo plano de paz feita a Israel pelo presidente Sadat, do Egito, em 1971, de acordo com posições defendidas praticamente pelo mundo inteiro, inclusive pela política oficial norte-americana; a resolução do Conselho de Segurança, de janeiro de 1976, apresentada pelos principais países árabes, com o apoio da OLP, que propunha um acordo entre os dois países em conflito, em termos de um consenso internacional quase unânime; as ofertas da OLP, durante a década de 1980, para negociar com Israel um reconhecimento mútuo e os votos anuais na Assembléia Geral da ONU; mais recentemente, em dezembro de 1990, a convocação de uma conferência internacional (por uma votação de 144 a 2) para solucionar o problema árabe-israelense, etc.

Mas um entendimento sofisticado mostra que esses esforços não fazem parte do *processo de paz*. O motivo é que, no sentido PC, o termo processo de paz refere-se àquilo que o governo norte-americano está fazendo, nos casos mencionados, isto é, bloqueando os esforços internacionais na busca da paz. Os casos citados não entram no processo de paz, porque os EUA apoiaram Israel na rejeição à oferta de Sadat, vetaram a resolução do Conselho de Segurança, opuseram-se às negociações e ao mútuo reconhecimento entre a OLP e Israel, e regularmente se aliam a Israel em oposição – de fato vetando efetivamente – a qualquer tentativa de avançar em direção a um acordo diplomático pacífico na ONU ou em qualquer outro lugar.

O processo de paz é restrito às iniciativas norte-americanas, que exigem um acordo unilateral determinado pelos EUA, sem reconhecimento dos direitos nacionais palestinos. É assim que funciona. Aqueles que não podem dominar a fundo essas manobras devem procurar outra profissão.

Há muitos outros exemplos. Veja o termo *interesse especial*. Durante os anos 1980, o sistema bem lubrificado de Relações Públicas republicano acusou os democratas de serem um partido de interesses especiais: das mulheres, dos trabalhadores, dos velhos, dos jovens, dos agricultores, enfim, da população em geral. Havia apenas um seguimento da população nunca relacionado como de interesse especial: o das empresas e negócios em geral. Isso faz sentido. No discurso PC (politicamente correto), o interesse especial deles são os interesses nacionais, o qual todos devem reverenciar.

Os democratas protestaram, respondendo que eles *não* eram um partido de interesses especiais: eles serviam aos interesses nacionais também. O que estava correto, mas o problema deles tem sido a falta da clara consciência de classe de seus oponentes republicanos. Estes últimos não estão confusos acerca do papel de representantes dos donos e administradores da sociedade, os quais estão travando uma amarga luta de classe contra a população em geral – freqüentemente adotando conceitos de uma retórica marxista vulgar valendo-se da histeria chauvinista, do medo e pavor a grandes líderes e de outros mecanismos padronizados de controle da população. Os democratas são menos claros acerca de suas lealdades, logo menos eficazes na guerra de propaganda.

Finalmente, vejamos o termo *conservador*, que se refere aos defensores de um Estado poderoso, que interfira enormemente na economia e na vida social. Eles defendem vultosos gastos estatais, máximas medidas protecionistas pós-guerra e seguros contra o mercado de risco, restringindo liberdades individuais, por intermédio da legislação e dos tribunais conservadores, protegendo assim o Santo Estado da injustificável inspeção de uma rele cidadania. Em resumo, esses programas são justamente o oposto do tradicional conservadorismo. Sua lealdade é para com “aqueles que são os donos da nação” e, portanto, “devem governá-la”, segundo as palavras do patriarca fundador John Jay.

Na verdade, isso não é difícil de compreender, uma vez entendidas as regras do jogo.

Para fazer sentido o discurso político, é necessário fazer uma contínua tradução para o inglês, decodificando o duplo sentido da mídia, dos cientistas sociais acadêmicos e do sacerdócio secular em geral.

Sua função não é obscurecer: seu objetivo é tornar impossível achar palavras que falem sobre problemas de real significado humano, de forma coerente. Então podemos estar seguros que pouco será compreendido sobre como funciona nossa sociedade e sobre o que está ocorrendo no mundo – uma grande contribuição para a *democracia*, no sentido PC (politicamente correto) da palavra.

Socialismo, o falso e o verdadeiro

pode-se questionar o significado do termo “socialismo”, mas se ele tem algum significado, este é, antes de tudo, o controle de produção pelos próprios trabalhadores, não pelos donos e dirigentes que os comandam e tornam decisões, seja em empresas capitalistas ou em Estados totalitários.

Referir-se à União Soviética como socialista é um interessante caso de duplo sentido doutrinário. O golpe bolchevique, de outubro de 1917, colocou o poder de Estado nas mãos de Lenin e Trotsky, que se apressaram em dismantelar as incipientes instituições socialistas que haviam crescido durante a revolução popular nos meses anteriores – os conselhos de fábricas, os sovietes, na verdade, qualquer órgão de controle popular – e converteram a força de trabalho naquilo que eles chamaram de “exército de trabalhadores” sob o comando do líder. Em qualquer significado mais profundo do termo “socialismo”, os bolcheviques apressaram-se, mais uma vez, em destruir os componentes (socialistas) nele existentes. Desde então, nenhuma divergência socialista foi permitida.

Esses acontecimentos não causaram nenhuma surpresa aos líderes intelectuais marxistas, que vinham, ao longo dos anos, criticando as doutrinas de Lenin (assim como as de Trotsky) porque elas centralizariam o poder nas mãos dos líderes de um partido de vanguarda.

Na verdade, décadas antes, o pensador anarquista Bakunin tinha previsto que os integrantes da classe intelectual, que estava surgindo, seguiriam um dos dois caminhos apresentados: ou eles tentariam explorar as lutas populares para tomar o poder estatal, tornando-se uma brutal e opressiva burocracia vermelha, ou eles tornar-se-iam os dirigentes e os ideólogos de uma sociedade capitalista estatal, se a revolução falhasse. Em ambos os casos foi uma observação perspicaz.

Os dois mais importantes sistemas de propaganda do mundo não concordavam em muitas coisas, mas eles concordaram em usar o termo socialismo para referirem-se à destruição imediata de todo componente de socialismo pelos bolcheviques. Isso não surpreende muito. Os bolcheviques chamaram seu sistema de socialista para explorar o prestígio moral do socialismo.

O Ocidente adotou a mesma prática por uma razão aposta: difamar os temíveis ideais libertários, associando-os com os calabouços bolcheviques para minar a crença popular de que seria possível o progresso em direção a uma sociedade mais justa, preocupada com as necessidades e os direitos humanos, pelo controle de suas instituições básicas.

Se o socialismo é a tirania de Lenin ou Stalin, então uma pessoa sã dirá: não é para mim. E se essa é a única alternativa ante o capitalismo empresarial de Estado, então muitos submeter-se-ão a essa estrutura autoritária como única escolha razoável.

Com o colapso do sistema soviético, há uma oportunidade viva e vigorosa de ressurgir o pensamento libertário socialista, que não foi capaz de resistir aos assaltos repressivos e doutrinários em seu mais importante sistema de poder. O quanto é grande essa esperança não podemos saber. Mas pelo menos uma pedra do caminho já foi removida. Nesse sentido, o desaparecimento da União Soviética é uma pequena vitória para o socialismo, muito mais do que o foi a derrota do poder fascista.

A mídia

Sejam chamadas de “liberais” ou de “conservadoras”, as principais mídias são grandes empresas pertencentes e interligadas a conglomerados maiores ainda. Como as outras empresas, elas vendem

um produto para o mercado. O mercado são os anunciantes, isto é, outras empresas. O produto é o público. É a elite da mídia que estabelece uma agenda básica, à qual as outras se adaptam. O produto é, portanto, um público relativamente privilegiado.

Assim, temos as grandes empresas vendendo um público razoavelmente rico e privilegiado a outras empresas. Obviamente o quadro apresentado reflete os valores e os interesses, estreitos e preconceituosos, dos vendedores, dos compradores e dos produtos.

Outros fatores reforçam a mesma distorção. Os dirigentes culturais (editores, colunistas importantes, etc.) compartilham interesses de classe e associações com os dirigentes do governo e das empresas, além de outros setores privilegiados. Há, na verdade, um fluxo regular de pessoal de alto nível entre empresas, governo e mídia. Para se ter acesso às autoridades estatais, é importante manter posições competitivas: “vazamento de informações”, por exemplo, são amiúde maquinações produzidas enganosamente por autoridades, em cooperação com a mídia, que finge nada saber.

Por sua vez, as autoridades estatais exigem cooperação e submissão. Outros centros de poder também têm dispositivos para punir o distanciamento da ortodoxia, abrangendo desde a bolsa de valores até um eficiente sistema de difamação e calúnia.

O resultado não é, logicamente, inteiramente uniforme. Para servir aos interesses dos poderosos, a mídia deve apresentar um quadro toleravelmente realista do mundo. Entretanto, às vezes a integridade e a honestidade profissional impedem a missão primordial. Os bons jornalistas geralmente são bem conscientes dos fatores que caracterizam o produto da mídia, e procuram usar as aberturas que aparecem. O resultado é que se pode aprender muito, por meio de uma leitura crítica e isenta, com aquilo que é produzido pela mídia.

A mídia é apenas uma parte de um sistema doutrinário maior: as outras partes são os jornais de opinião, as escolas e as universidades, as pesquisas acadêmicas, e assim por diante. Estamos mais cômicos da mídia, particularmente a mídia de maior prestígio, porque é nela que estão concentrados aqueles que analisam criticamente a ideologia. O sistema maior tal como é não tem sido estudado, porque é muito difícil investigá-lo sistematicamente. Mas há bons motivos para acreditar que ele representa os mesmos interesses que os da mídia, como qualquer um pode imaginar.

O sistema doutrinário, que produz aquilo que chamamos “propaganda”, ao falar de inimigos tem dois alvos distintos: um do alvos é aquele que, algumas vezes, é chamado de “classe política”, cerca de 20% da população relativamente instruída, mais ou menos articulada e que desempenha algum papel na tomada de decisões. Sua aceitação da doutrina é fundamental, porque ela (a classe política) está em posição de traçar e implementar diretrizes políticas.

Em seguida, vêm os outros 80% da população. Estes são “os espectadores da ação”, a quem Lippmann descreveu como a “a horda confusa”. Eles existem supostamente para obedecer a ordens e sair do caminho das pessoas importantes. Eles são o verdadeiro alvo dos meios de comunicação de massa: os tablóides, as comédias familiares, a Super Taça e assim por diante.

Esses setores do sistema doutrinário servem para distrair a grande massa e reforçar os valores sociais básicos: a passividade, a submissão às autoridades, as predominantes virtudes da avareza e da ganância pessoal, a falta de consideração com os outros, o medo de inimigos reais e imaginários, etc. A finalidade é manter a já confusa horda mais confusa ainda. Não é necessário dizer para eles se aterem ao que está acontecendo no mundo. Na verdade, isso é até indesejável, pois se eles observarem demais a realidade, podem se decidir a transformá-la.

Isso não quer dizer que a mídia em geral não possa ser influenciada pela população. As instituições dominantes – sejam elas políticas, econômicas ou doutrinárias – não são imunes às pressões populares. A mídia independente (alternativa) pode também desempenhar um papel importante. Embora ela, até por definição, careça de recursos, tem a mesma importância que as organizações populares: ao reunir pessoas com recursos limitados, que podem multiplicar sua eficiência e sua própria compreensão, pela interação – esta é precisamente a ameaça democrática tão temida pelas elites dominantes.

O FUTURO

As coisas mudaram

É importante reconhecer o quanto o cenário mudou nestes últimos trinta anos em consequência dos movimentos populares, que se organizaram de forma solta e caótica em torno de certas questões como os direitos civis, a paz, o feminismo, o meio ambiente e outros temas de interesse humano.

Veja os governos Kennedy e Reagan, que foram semelhantes em muitos aspectos de suas políticas e compromissos básicos. Quando Kennedy lançou uma enorme campanha terrorista internacional contra Cuba, após sua fracassada tentativa de invasão (invasão da Baía dos Porcos, em 1961), e quando passou de um terror de Estado assassino no Vietnã do Sul para uma franca agressão, não houve então qualquer protesto que se notasse.

Só quando centenas de milhares de tropas americanas foram enviadas para a Indochina, que estava sob um ataque devastador, e com o massacre de milhares de pessoas foi que os protestos se tornaram um pouco mais do que minimamente significativos. Em contraste, tão logo o governo Reagan insinuou que pretendia intervir diretamente na América Central, protestos espontâneos brotaram em uma escala suficiente para obrigar os terroristas de Estado a buscarem outro meios.

Os líderes podiam se vangloriar com o fim da “Síndrome do Vietnã”, mas eles têm juízo. Em um relatório sobre Política de Segurança Nacional da administração Bush, que vazou na época do ataque terrestre ao Golfo, podia-se ler que “nos casos em que os EUA enfrentarem inimigos muito mais fracos” – os únicos com os quais o verdadeiro estadista concordará em lutar –, “nosso desafio não será simplesmente derrotá-los, mas derrotá-los de modo rápido e fulminante”. Qualquer outro resultado seria “embaraçoso” e poderia “minar o apoio político”, já percebido como bastante fraco.

Atualmente, a intervenção clássica não é mais considerada uma opção. Os métodos limitam-se ao terror clandestino, mantido oculto da população interna, ou à demolição “rápida e fulminante” de “inimigos muito mais fracos”, após uma enorme campanha de propaganda, expondo-os como monstros de poder indescritível.

O quadro é quase sempre o mesmo. Veja 1992. Se o quinto centenário do descobrimento de Colombo tivesse sido em 1962, teria havido uma grande comemoração pela libertação do continente. Em 1992, essa expectativa não pôde ser monopolizada, um fato que causou muita histeria entre os dirigentes culturais, que estão acostumados a um controle quase totalitário dos acontecimentos.

Eles agora gritam contra os “excessos fascistas” daqueles que estimulam o respeito pelos outros povos e outras culturas.

Em outras áreas também há mais abertura e entendimento, mais ceticismo e questionamento da autoridade. Logicamente, as últimas tendências são uma faca de dois gumes. Elas podem levar ao pensamento independente, à organização popular e a pressões mais que necessárias por transformações institucionais. Ou podem fornecer uma base popular de pessoas amedrontadas para novos líderes autoritários. Esses possíveis resultados não são assunto para especulação, mas para ação, e com enormes riscos.

O que se pode fazer

Em qualquer país, há alguns grupos que detêm o verdadeiro poder. Não é um grande segredo onde está o poder nos EUA. Ele está basicamente concentrado nas mãos das pessoas que determinam as

decisões de investimentos – o que é produzido e o que é distribuído. Eles em geral formam a equipe de governo que escolhe os estrategistas e fixam as condições gerais do sistema doutrinário.

Uma das coisas que eles mais querem é uma população passiva e aquiescente. Então, uma das coisas que se pode fazer para lhes tornar a vida incômoda é não ser passivo e aquiescente. Há várias maneiras de fazer isso. Mesmo fazendo apenas perguntas que possam surtir um efeito importante.

Manifestar-se, escrever cartas e votar podem ser ações bastante significativas, dependendo da situação. Mas o ponto principal é ser persistente e organizado.

Se formos a uma manifestação e depois voltarmos para a casa, já é alguma coisa, mas o pessoal no poder pode conviver com isso. O que eles não podem conviver é com uma contínua pressão que se mantém estruturada, com organizações que continuam fazendo as coisas acontecerem e com gente que continua aprendendo lições da última vez para agir melhor na próxima vez.

Qualquer sistema de poder, mesmo uma ditadura fascista, é sensível à dissidência da opinião pública. Isso também é verdadeiro num país como este, onde, felizmente, o Estado não tem muita força para coagir o povo. Durante a Guerra do Vietnã, a resistência direta à guerra foi bastante significativa, e esse foi um preço que o governo teve de pagar.

Se as eleições são algo em que parte da população comparece e aperta um botão a cada par de anos, eles não se incomodam. Mas se os cidadãos se organizam para cobrar uma posição e pressionar seus representantes a respeito disso, aí sim as eleições podem incomodar.

Os membros da Câmara dos Deputados podem ser muito mais facilmente influenciáveis que os senadores, e os senadores um pouco mais que o presidente, que normalmente é imune. Quando se chega a este nível, a política já é quase totalmente decidida pelos ricos e poderosos, que são os donos e os dirigentes da nação.

Mas as pessoas podem se organizar em um nível tal que possa influir em seus deputados. Podem trazê-los às suas casas para que os vizinhos gritem seus protestos, ou podem reunir-se nos gabinetes deles, ou o que melhor funcionar nessas circunstâncias. Isso pode fazer a diferença – freqüentemente faz uma grande diferença.

Pode-se também fazer sua própria pesquisa. Não confie apenas na história convencional dos livros e textos de ciência política. Volte às fontes originais e às monografias de especialistas: memorandos de segurança nacional e outros documentos semelhantes. A maioria das boas bibliotecas têm um departamento de referências, onde se pode encontrar esses documentos.

Isso requer um certo esforço. A maior parte do material é lixo descartável e há que ler uma tonelada de coisa inútil até encontrar alguma coisa boa. Há guias que fornecem indícios onde melhor procurar, e algumas vezes encontrar-se-á referências intrigantes em fontes secundárias; freqüentemente elas são mal interpretadas, mas sugerem lugares onde pesquisar.

Isso não é um grande mistério e nem é intelectualmente difícil. Envolve um certo trabalho, mas qualquer pessoa pode fazê-lo num momento de folga. E o resultado dessas pesquisas pode mudar a mentalidade das pessoas. A verdadeira pesquisa é sempre uma atividade coletiva, e seus resultados podem trazer uma enorme contribuição, no sentido de transformar consciências, aumentando a compreensão e o entendimento, conduzindo assim a uma ação construtiva.

A luta continua

A luta pela liberdade nunca termina. As pessoas do Terceiro Mundo necessitam de nossa compreensão solidária e, muito mais do que isso, elas necessitam de nossa ajuda. Podemos proporcionar-lhes uma margem de sobrevivência, por meio de uma dissidência interna nos Estados Unidos. Para eles serem bem-sucedidos contra qualquer tipo de brutalidade imposta por nós, depende muito do que acontece aqui.

A coragem que eles demonstram é bastante admirável. Eu tive pessoalmente o privilégio – e é um privilégio – de perceber de relance essa coragem. em primeira mão, no Sudeste Asiático, na América Central e na Cisjordânia ocupada. É uma experiência comovedora e inspiradora, e invariavelmente traz à minha mente as palavras de desprezo de Rousseau sobre os europeus, que abandonaram a liberdade e a justiça pela paz e pela tranquilidade que “eles desfrutavam em suas prisões”. E ele segue dizendo:

Quando eu vejo multidões de selvagens inteiramente nus, zombando da insaciável volúpia européia e suportando a fome, o fogo, a espada e a morte para preservar apenas sua independência, eu sinto que não cabe a escravos raciocinar sobre a liberdade.

Quem pensa que essas são meras palavras, entende muito pouco sobre o mundo.

Essa é apenas uma parte da tarefa que nos espera. Há um Terceiro Mundo crescendo em nossa porta. Há um verdadeiro sistema de autoridades ilegítimas em cada canto do mundo cultural, econômico, político e social. Pela primeira vez na história da humanidade temos de enfrentar os problemas de proteção ambiental, que possa sustentar uma existência humana decente. Não sabemos se um esforço honesto e dedicado será suficiente para resolver ou mesmo diminuir tais problemas. Podemos estar certos, entretanto, que a falta de tais esforços significará um desastre.